

A Classe Operária

ÓRGÃO CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL



Suplemento Especial

ANO 64 — VI FASE — Nº 11 — DE 26 DE JANEIRO A 8 DE FEVEREIRO DE 1989

A nau dos insensatos



Os trabalhadores brasileiros foram lesados pelas recentes medidas econômicas adotadas pelo governo Sarney. Seus salários foram arrojados, a soberania nacional sofre novos golpes, a atividade produtiva do país é condenada à recessão, a vida social tende a se degradar ainda mais. As finanças públicas são submetidas a uma verdadeira operação de "terra arrasada", enquanto os banqueiros internacionais, os grandes exportadores, parasitas e especuladores continuarão auferindo polpidos lucros. Tudo isso é demonstrado com argumentos e informações neste suplemento especial da "Classe". Conheça também a reação de sindicalistas, lideranças políticas e do empresariado nacional. Uma análise completa e do leitor não encontra em nenhum dos veículos da chamada grande imprensa.



Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Embóis

A maioria é contra as medidas



As medidas econômicas do governo, além de receberem a descrença popular, têm sido alvo de duras críticas por parte de setores representativos da sociedade civil. No meio sindical os protestos se generalizam (ver página 12 deste suplemento). Nos meios políticos as vozes favoráveis são as de sempre: Newton Cardoso, governador de Minas Gerais, José Lourenço, líder do PFL, e cia. Alguns partidos, através de seus líderes, fizeram declarações dúbias. Fernando Henrique Cardoso, por exemplo, achou "positivo o fato de o governo assumir suas responsabilidades". Mas fez críticas ao fato de o governo não ter negociado com o Congresso e às perdas salariais, assim como à "tímida reforma administrativa". O PCB, através do deputado Roberto Freire, afirmou que seu partido critica o "pacote", mas que ele contém alguns pontos positivos. Nesta página publicamos depoimentos de líderes políticos, governadores e representantes de entidades do empresariado nacional sobre o "plano de verão".



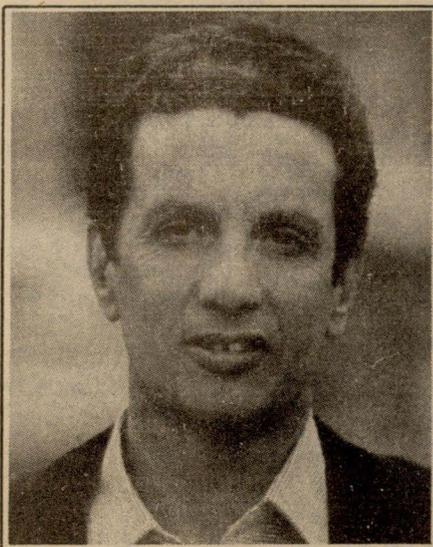
Mais uma vez o governo prejudica a classe trabalhadora. Além de provocar recessão e desemprego, as medidas econômicas do governo não resolverão os problemas internos do país, porque antes seria necessário solucionar o problema da dívida externa. A pressão popular pode ser forte no Congresso para derrubar o pacote. (Luiz Inácio Lula da Silva, deputado federal — PT-SP)

funcionalismo. Diversos economistas renomados, entre eles o professor Décio Munhoz condenam o pacote. O professor Munhoz declarou em artigo no jornal "Correio Braziliense" que a elevação das taxas de juros e o não tratamento soberano da dívida externa acabará por elevar ainda mais a inflação. (Euclides Scalco, deputado federal — PSDB-PR)

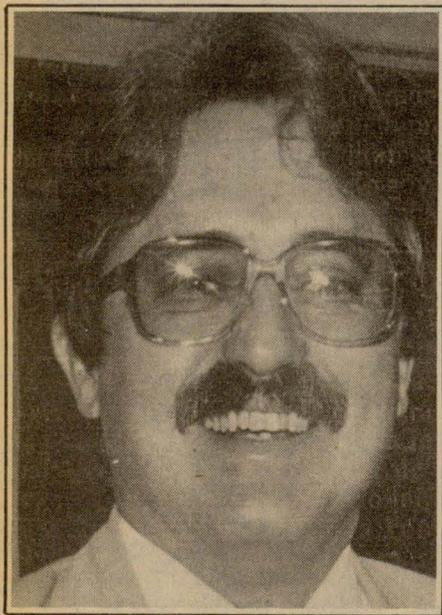
“O ‘Plano Verão’ é um pacote altamente recessivo. Quem vai pagar a conta é o trabalhador; o micro e o pequeno empresário. Quem tem dinheiro para aplicar no mercado financeiro vai ser o grande beneficiado.

“Também não julgo equilibrada a forma através da qual as medidas foram tomadas. O governo envia o pacote ao Congresso Nacional, e enquanto este o debate a sociedade vai pagando a conta.

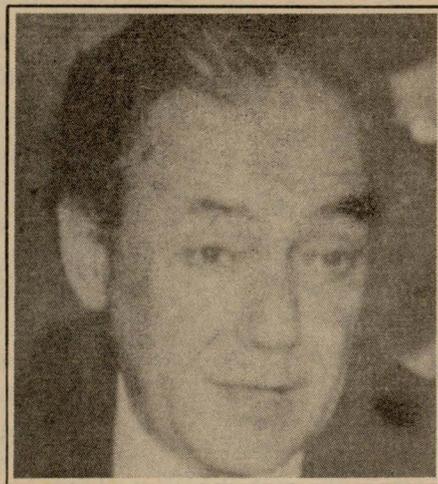
Acredito que alterar os aspectos econômicos e sociais do ‘Plano Verão’ é a pedra de toque para evitar a recessão. Defendo uma ampla mobilização da sociedade para acompanhar as votações no Congresso, desde que ela seja transparente e não através da ação de lobbies. (Joseph Couri, empresário e coordenador do PNBE — Pensamento Nacional das Bases Empresariais).



O pacote é recessivo e traz embutido o arrocho salarial. Recessão quer dizer desemprego, arrocho quer dizer retenção de consumo. É um pacote que não pode ter o apoio do Partido dos Trabalhadores. (Plínio de Arruda Sampaio, deputado federal — PT-SP)



A bancada do Partido Comunista do Brasil, informou o deputado Aldo Arantes, “está propondo a criação de uma comissão composta de todos os partidos políticos para, estabelecendo as diretrizes fundamentais de uma política econômica relacionada com a dívida externa, a dívida interna, os juros e medidas relacionadas com as grandes fortunas, elaborar uma proposta concreta de medidas a serem submetidas ao Congresso Nacional”. O líder do PCdoB na Câmara diz que a não ser assim o Congresso deveria rejeitar em bloco as medidas do governo, pois “não podemos compactuar com a tentativa do governo sair da crise às custas dos trabalhadores”. (Aldo Arantes — deputado federal — PCdoB)



O pacote do governo tem várias medidas que são inaceitáveis. O arrocho salarial é muito grande. Isso nós não podemos aceitar. Houve uma equalização de preços, mas só dos produtos e não dos salários. A extinção de organismos tipo IBDF, Mirad, Ciência e Tecnologia é absurda. A passagem do lapas para o Tesouro não se pode aceitar, pois vai confundir dinheiro dos tributos normais com dinheiro da contribuição social. E não se tem a certeza de que estas contribuições vão ser aplicadas naquilo a que realmente são destinadas. Por outro lado o pacote não mexeu no subsídio à exportação, que é muito mais responsável pelo déficit público do que o excesso de

As medidas econômicas não atacaram a principal componente da escala inflacionária: a dívida externa. Além disso o Plano Verão resultará num arrocho salarial inequívoco. (Waldir Pires, governador da Bahia — PMDB)

sendo prejudicados, impedindo o desenvolvimento nacional.

Preocupam-nos seriamente as vendas do patrimônio público, de empresas e bens, algumas rentáveis, para servirem de pagamento de juros da agiotagem nacional da ciranda financeira. Para o sucesso do Plano Verão a Cebracan propõe:

1 — Auditoria da dívida externa, inclusive levando a foros internacionais, se necessário, para avaliar juridicamente o não pagamento do que não for devido.

2 — Exigir do Congresso a votação da regulamentação definitiva do cumprimento constitucional dos juros de 12%.

3 — Estimulo à pequena e média empresa produtiva visando ao crescimento do mercado interno.

4 — A emissão de bônus para o pagamento da dívida interna, mudando o perfil de curto para longo prazo.

5 — Importar os bens e serviços complementares às nossas necessidades como forma reguladora.

6 — Estimular as exportações dos excedentes e exercer rigor na fiscalização de práticas e super e subfaturamento em nosso comércio externo. (Luiz Otávio Simões Ataíde, presidente da Câmara das Empresas Brasileiras de Capital Nacional — Cebracan)



O pacote é incompleto, equivocado e desnacionalizador. Não tocou na dívida externa nem no setor financeiro. Promove a recessão e o arrocho salarial e, de quebra, aliena setores importantes do patrimônio da nação. (Miguel Arraes, governador de Pernambuco, — PMDB)

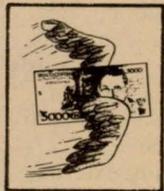
O pacote vai provocar recessão, a estagnação produtiva pelos altos juros e custos do dinheiro e estimular a especulação financeira. Ninguém vai realizar investimentos diante das altas taxas e há uma tendência de se alastrar o desemprego. (Carlos Chiarelli, senador — PFL-RS)

A Cebracan está na expectativa quanto às práticas e efeitos do pacote. Restringir nossos problemas apenas à inflação gera distorções que poderão causar danos mais sérios que o próprio processo inflacionário. O Brasil tem cerca de 140 milhões de habitantes, dos quais 100 milhões estão fora do mercado, vivendo em condições de subnutrição. Os problemas estruturais não foram corrigidos pelo pacote e poderão, além de derrubar o mercado interno, retomar o nível de inflação. Tais problemas são a dívida externa, os excedentes da exportação e os juros altos, justamente os responsáveis diretos da inflação. O mercado interno e a produção continuarão

A Classe Operária
 Jornalista Responsável: João Amazonas
 Editor: José Reinaldo Carvalho
 Redação: Antônio Martins, Umberto Martins e Carlos Rompe
 Diagramação e Arte: Mazé Leite
 Endereço: Rua Adoniran Barbosa, 53 Bela Vista — São Paulo/SP

PC do B contra o "pacote"

Nota da Direção Nacional do PCdoB sobre o Pacote de Verão



À beira da falência do sistema financeiro e monetário do país, o governo Sarney decidiu, nos velhos moldes da época do arbítrio, editar mais um pa-

cote de medidas destinadas, segundo ele, a conter a marcha acelerada no sentido da hiperinflação. Anunciou, como se nada tivesse a ver com isso, que a situação era gravíssima e poderia conduzir, se providências drásticas não fossem tomadas, à derrocada das instituições. Ou suor e sacrifícios (que significa fome e degradação das condições de existência) ou o golpe militar, foi a alternativa que apresentou para justificar o pacote.

O povo não pode nem deve aceitar o Plano de Verão de Sarney que afeta duramente a vida de milhões de brasileiros, em particular dos assalariados, e compromete mais ainda a independência e o futuro do Brasil. Rechaçará a opção de golpe ou sacrifício como artimanha do Planalto para induzir a população a se manter passiva ante a perspectiva de volta da ditadura.



Medidas anti-povo

O "choque de verão" é mais uma tentativa de descarregar o peso das dificuldades que o país atravessa sobre a população indefesa, favorecendo interesses antinacionais e antipopulares. Não leva à eliminação do processo inflacionário que, momentaneamente contido, ressurgirá com ímpeto maior dentro de pouco tempo.

O pacote inspira-se nas recomendações do FMI. São medidas de arrocho contra os trabalhadores e o povo; cortes nos gastos da União que irão atingir serviços de saúde, educação, moradia e outros; demissão em massa de funcionários públicos; venda criminosa de empresas estatais rentáveis que cairão nas

mãos do capital estrangeiro; desativação de autarquias, conselhos e fundações; elevação da taxa de juros. O congelamento dos preços é uma farsa para iludir as massas e justificar os salários congelados que perdem desde logo mais de 30% do seu valor.

Note-se que nenhuma medida antiinflacionária é adotada contra os ricos, os banqueiros, os latifundiários, os grandes especuladores do mercado financeiro, as multinacionais, os que se consideram credores do Brasil no exterior. Não se toca nem de leve nas grandes fortunas. Tampouco nas despesas militares, absolutamente desnecessárias, que consomem verbas elevadas do orçamento federal.

O pacote tem caráter recessivo, gerando a estagnação da economia e o desemprego. É contraproducente. O governo continuará a emitir desbragadamente papel moeda e Letras do Tesouro que sobrecarregam a dívida interna para captar recursos obtidos com a exportação subsidiada por taxas de câmbio favorecidas — a fim de entregar bilhões de dólares, fruto do nosso trabalho, aos banqueiros internacionais a título de pagamento de juros da dívida externa. Seguindo esse caminho, chegará inevitavelmente à hiperinflação.

Reforma reacionária

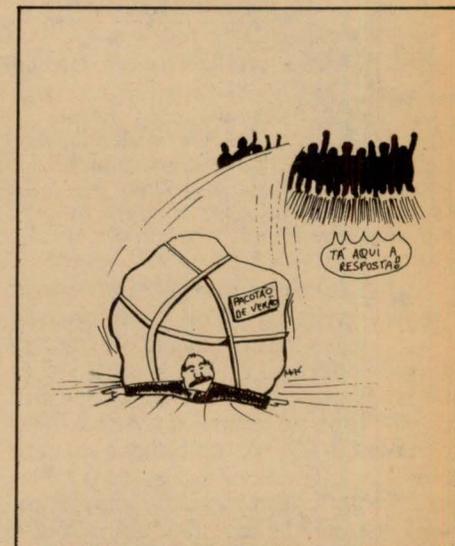
Além do pacote de verão, Sarney fez mudanças no quadro administrativo. Extinguiu cinco ministérios e vai demitir 90 mil funcionários. Visa mostrar preocupação em reduzir os gastos públicos. Simples encaenação. Chama a atenção o fato de que os ministérios extintos eram os que, apesar de mal-administrados,

voltavam-se para as áreas sociais e de interesses nacionais, como a reforma agrária, a construção de casas populares, o avanço científico e tecnológico. Enquanto isso, manteve os seis ministérios militares, uma excrescência em qualquer regime democrático. Os novos gestores da Administração federal, indicados para diversos ministérios, são meros amigos do presidente da República ou conhecidos reacionários.

Desse modo, o peso específico da direita e do militarismo aumentou no conjunto do governo, que ameaça reprimir o povo.

Desajustes estruturais

O PCdoB julga muito séria a situação nacional. O país atravessa uma crise sem precedentes, que não se limita ao setor financeiro. Tem causas profundas relacionadas com a estrutura retrógrada, conservadora, da sociedade brasileira. Todo o arcabouço do edifício nacional está construído em função de interesses de minorias privilegiadas — banqueiros, grandes empresários, latifundiários, monopolistas estrangeiros — em detrimento da maioria da nação e do progresso social. Essa deformação conduz ao enriquecimento fabuloso dessas minorias e ao empobrecimento crescente da maioria da população, bem como à venda do país ao capital estrangeiro espoliador. A crise (nela compreendida a inflação) é um reflexo desses desajustes. Somente poderá ser enfrentada e liquidada com medidas de maior envergadura que possibilitem a criação de uma nova base econômico-social progressista e o estabelecimento de uma ordem po-



lítica e jurídica democrática, moderna, alicerçada no poder popular.

Os comunistas consideram a inflação, que chegou a 1.000% ao ano, como mal que precisa ser debelado. Exigem, no entanto, que o combate a esse mal seja feito à custa dos ricos, dos exploradores do povo, dos especuladores e parasitas da nação, dos banqueiros e monopolistas internacionais. Nunca sacrificando as massas. Os trabalhadores e o povo não são culpados da inflação, gerada por uma política que beneficia os poderosos. São, isto sim, vítimas da constante desvalorização da moeda que desgasta o valor dos seus salários ou vencimentos.

Não ao pacote

Por tudo isso, o PCdoB — que defende um regime de democracia, de independência nacional e propugna o socialismo científico em nossa pátria — conclama os trabalhadores, as massas populares, os parlamentares, os sindicalistas, os patriotas e democratas a rejeitarem o Pacote de Verão e a reclamar que o ataque à inflação tome outra direção, penalizando os poderosos e poupando os que vivem do seu trabalho.

Nenhum apoio ao Pacto Social que é instrumento de submissão dos trabalhadores à política do governo e dos empresários!

Reposição imediata das perdas salariais!

Não ao pagamento da dívida externa e dos juros respectivos!

Ampla e firme união do povo e das correntes progressistas para lutar por um novo governo democrático e popular!

São Paulo, 19 de Janeiro de 1989.

O Comitê Central do Partido

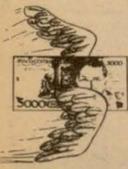
Comunista do Brasil



CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

A última ilusão de Sarney

Antonio Martins



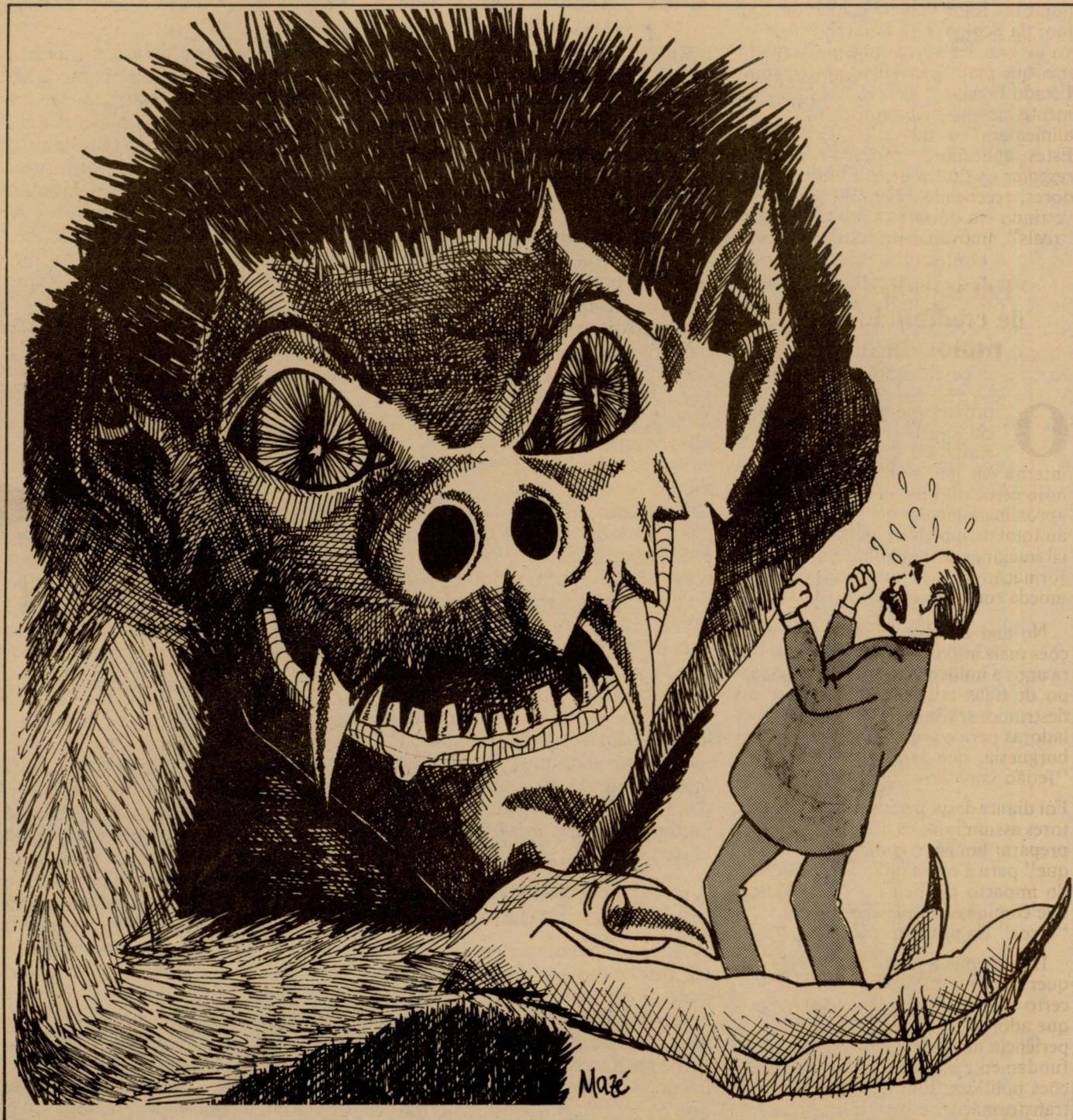
Ao desafiar pela terceira vez a inflação, e ao deixar novamente intactos os mecanismos que a alimentam, o

presidente pode estar projetando a economia e o país numa aventura que ninguém sabe em que terminará.

“Eu tenho consciência dos sacrifícios.” Conhecido por sua invencível capacidade de engergar com cores otimistas as situações mais adversas, o presidente Sarney mudou de tom, ao ocupar a rede nacional de rádio e TV, no último dia 15, para anunciar que estava decretado o “Plano Verão”. Em seguida enumerou, uma a uma, as medidas que adotara para o que chamou de “obra comum de salvação nacional”: rebaixamento acentuado do valor real dos salários, restrições severas aos investimentos do Estado, privatização geral de estatais, demissão em massa de funcionários públicos, extinção de ministérios e desvalorização da moeda.

“O plano contém um componente recessivo não desprezível”, admitiu um dia depois o deputado Delfim Netto, que a exemplo de outros ex-ministros dos governos militares participou ativamente da elaboração do pacote. “Mas acho que está na direção correta”, emendou o próprio Delfim, afirmando com ar professoral que “não dá pra reduzir esta inflação sem alguma recessão”. Uma multidão de economistas e empresários desfilou pelas páginas dos jornais para sustentar os mesmos pontos de vista. Reconheceram ainda, em sua grande maioria, que haverá perdas para os salários, algo que chegou a ser dito pela própria ministra do Trabalho. O sacrifício, contudo, não seria em vão. Quase todos os estudiosos que se pronunciaram sobre o tema previram que o governo Sarney “não irá repetir” o que consideram “os erros” do Plano Cruzado. “O choque anunciado pelo presidente apresenta mais consistência técnica que nas oportunidades anteriores”, garantiu a “Folha de S. Paulo” em editorial do dia 16.

Repetiu-se à exaustão, por fim, um terceiro e fortíssimo apelo em favor da aprovação das medidas decretadas por Sarney. Elas são “a última oportunidade para a democracia brasileira”, adverte a “Folha”, no mesmo editorial. E completa no dia seguinte: se fracassarem, “a alternativa é o desastre econômico e institucional”. O presidente da República já havia dito algo semelhante em seu discurso e, com pequenas variações de estilo, o mote foi repetido infindáveis vezes por líderes políticos conservadores. Chegou a influenciar parlamentares com tradição na luta democrática. “O plano de estabilização do governo aí está! É ortodoxo! Penaliza os assalariados! Não é o plano do PT, do PSDB, do PC, nem do PDT. É do governo”, observou corretamente a deputada Moena São Thiago (PSDB-CE) para logo após confessar-se crente de que ainda assim o “Plano Verão” “nos conduz, mesmo sob a tempestade, ao 15 de novembro”. O presidente da CUT, Jair Meneguelli ex-



pressou opiniões muito parecidas com estas num programa de debate político pela TV.

Para a direita, ou era o Plano Verão, ou era o caos

Os meios de comunicação concederam e continuam concedendo a centenas de depoimentos de teor semelhante a estes, um espaço raras vezes igualado. Ao contrário do que ocorreu em ocasiões anteriores, porém, o objetivo agora não é alardear supostos ganhos obtidos pelo po /o. O objetivo é dizer que as decisões adotadas eram a única saída para evitar a hiperinflação e salvar a democracia. Em outras palavras, ou era isto ou era o caos.

Todos os que acompanharam o presidente Sarney nos dias em que se preparava para decretar o choque afirmaram que ele permaneceu visivelmente inquieto e preocupado. Sarney tinha, de fato, motivos, para isso.

Ao decretar o “Plano Verão” ele

abandonou e atestou implicitamente a ineficácia da política do “feijão com arroz”, que sustentou durante toda a gestão do ministro Mailson da Nóbrega e que o levou a obter o apoio da quase totalidade do grande empresariado. Se realizou este movimento, se partiu do que aparentemente era seguro para o desconhecido, foi porque começavam a se tornar demasiadamente claros os sinais de que os planos anteriores não suportariam por muito mais tempo a pressão simultânea e combinada de duas forças irresistíveis que se voltavam contra eles.

As reservas em dólar no exterior caíam em ritmo acelerado

A primeira dessas forças era uma forte tendência ao esgotamento das reservas em dólares que o país mantém em bancos estrangeiros. O Brasil obteve um superávit comercial de 19 bilhões de dólares em 88, o que em condições normais teria permitido o acúmulo de um nível invejável

de moeda estrangeira. Quem observa o gráfico das reservas internacionais, no entanto, verifica que, depois de crescerem rapidamente durante quase todo o ano, elas sofreram uma queda brusca a partir de setembro. É fácil entender as causas. Foi precisamente este o mês em que o ministro Mailson da Nóbrega firmou com os credores o acordo que pôs fim à moratória. As remessas de dólares ao exterior, a título de pagamento da dívida externa, drenaram todo o resultado do esforço exportador. E surgiu um agravante.

Alegando razões diversas, os bancos credores oficiais e particulares deixaram de cumprir a parte que lhes cabia nos acordos. Enquanto o país saldava religiosamente as prestações da dívida, parcelas de recursos que deveriam ser emprestadas em contrapartida pelos banqueiros, para manter o nível das reservas, ficaram retidas, numa espécie de moratória às avessas. Esperava-se que em janeiro, mês em que se concentra boa parte dos pagamentos aos credores.

Ao esvaziamento das reservas veio somar-se, no final de 88, um segundo

problema de conseqüências igualmente devastadoras.

Surgiu e desenvolveu-se a partir de outubro uma crise de credibilidade nos títulos da dívida pública interna, confirmada em recente trabalho dos economistas Raul Velloso e João do Carmo, da Seplan. Um número progressivo de grandes aplicadores passou a temer que num determinado momento o Estado brasileiro se tornasse absolutamente incapaz de honrar os títulos que alimentam os mercados financeiros. Estes aplicadores procuravam então *resgatar* os títulos de que eram possuidores, recebendo-os em dinheiro e investindo em dólar e ouro, ou em bens "reais", imóveis e mercadorias.

Em outubro, crise de credibilidade nos títulos da dívida

O prosseguimento desta tendência levaria rapidamente à hiperinflação. Os títulos da dívida interna em poder do público atingem hoje cerca de 40 bilhões de dólares, algo aproximadamente dez vezes superior ao total da moeda em circulação. É fácil imaginar as conseqüências da transformação maciça desse montante em moeda com poder imediato de compra.

No ano em que se realizam as eleições mais importantes dos últimos trinta anos a iminente eclosão a um só tempo de duas crises com enorme poder destruidor traria conseqüências avassaladoras para o governo e para a grande burguesia, que avalizou e sustentou o "feijão com arroz" desde seu início.

Foi diante desta perspectiva que tais setores assumiram, às pressas, a tarefa de preparar um novo tratamento "de choque" para a economia, que tivesse algo do impacto político do Cruzado, mas que eliminasse o que eles julgavam ser os "erros" do primeiro plano.

Isso porque a grande burguesia, que quer impor o "Plano Verão", é, num certo sentido, uma classe diferente da que adotou o Cruzado. Ela fez sua experiência no poder, e isto marcou profundamente algumas de suas convicções políticas. Ela, que já rejeitava as transformações estruturais de que a sociedade brasileira necessita, percebeu que é impotente até mesmo para sustentar disputas secundárias com o capital externo ou com o latifúndio, pois isso exigiria uma mobilização popular que julga "desestabilizadora".

Um programa à imagem e semelhança da grande burguesia

O "Plano Verão" é algo construído à imagem e semelhança da classe que o produziu. Embora não previsse, o Cruzado original acabou estimulando uma pequena elevação nos padrões de consumo da população, que continuaram ainda assim muito abaixo de níveis que se poderia considerar razoáveis. Os defensores do Novo Cruzado classificam este fenômeno como "febre consumista", e impõem uma política salarial que empobrecerá sensivelmente os assalariados e agravará ainda mais as condições de vida já degradadas. O Cruzado original fortaleceu o mercado interno, fazendo reduzir a níveis menos absurdos o superávit comercial. O Cruzado Novo inclui uma mididesvalorização da moeda

e tem entre suas metas básicas destinar uma parcela ainda maior do produto para exportação. No primeiro Cruzado imaginou-se que era possível vencer a dívida interna praticando taxas de juros reduzidas. Agora o governo comanda a fixação de uma taxa de juros estratosférica, acreditando que reduzirá o déficit público através da demissão em massa de funcionários e da venda das estatais. Entre os heróis do Cruzado I estavam homens como Funaro, Sayad e Maria da Conceição Tavares, que vinham de uma militância importante contra a ditadura. Entre os heróis do Novo Cruzado estão Delfim, Simonsen e Roberto Bulhões, todos ex-ministros dos governos militares.

Por estes motivos, precisamente, o "Novo Cruzado" terá *semprediante* de si dois enormes obstáculos que o impedirão de dar qualquer combate efetivo à inflação.

Incruada, a inflação ressurgiu depois, com fôlego multiplicado

O primeiro obstáculo é de natureza econômica. Concebido segundo uma visão que *rejeita* o combate às dívidas externa e interna, causas fundamentais da inflação brasileira, o "Plano" limita-se a propor saídas que impedem a *manifestação* do mal, mas permitem que ele retorne mais adiante, com virulência redobrada;

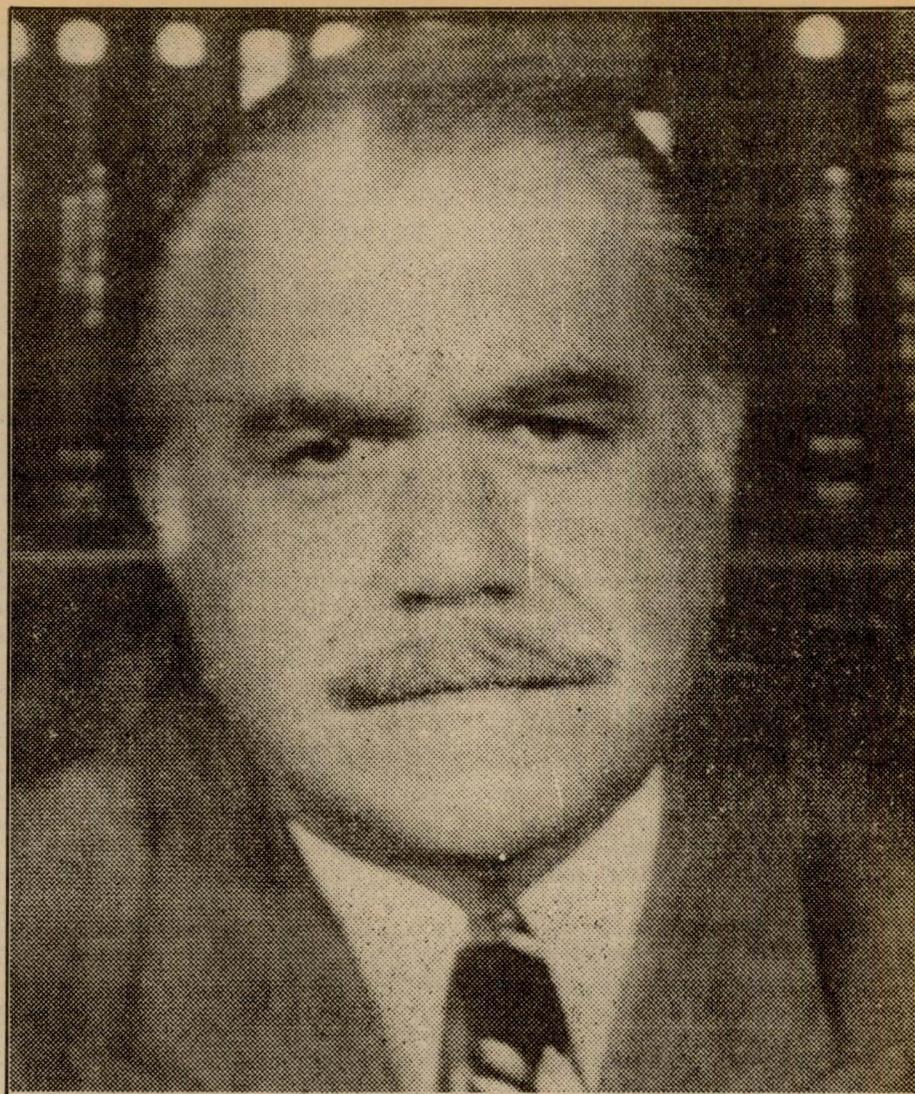
Um bom exemplo é a política de juros que entrou em vigor a partir do dia 15.

Num movimento tão ousado quanto temerário, o governo passou a remunerar com juros reais de 25% ao mês quem se dispusesse a comprar títulos da dívida interna, investindo no *overnight*. Atraiu um enorme volume de moeda que estava em circulação, obtendo a redução imediata do consumo e forçando os preços a permanecerem estáveis. E acabou atraindo, também, dólares, de que tanto necessitava, porque boa parte dos exportadores, que detinham a moeda americana, preferiu trocá-la por cruzados no Banco do Brasil e aplicar igualmente no *over*. Aparentemente, a operação foi um sucesso absoluto.

O efeito colateral: fim dos investimentos, e recessão

Um artigo do economista Dércio Garcia Munhoz, da Universidade de Brasília, esclareceu, porém, que a jogada tivera um preço. "Diante da imoral remuneração de 25% ao mês — calculou ele — o Tesouro vem gastando 500 milhões de dólares por dia. Apenas nos dois dias de funcionamento do *overnight* que se seguiram ao pacote, o governo gastou US\$ 1 bilhão na ciranda financeira — valor superior ao da folha de pagamento *mensal* de toda administração pública direta e indireta."

Outro artigo, este de autoria do senador Severo Gomes, mostrou que a manutenção de tais taxas de juros custará ao Tesouro 15 bilhões de dólares ao mês, algo como uma vez e meia todos os recursos investidos na construção da hidrelétrica de Itaipu. O "Plano Verão" não soluciona, portanto, a crise de credibilidade financeira do Estado. Ele apenas conduz o Tesouro Nacional a uma situação semelhante à da-



Sarney na TV: o fracasso dele desmoraliza o projeto da grande burguesia

quele devedor que é obrigado a remunerar cadâ vez mais regiamente os agiotas, para evitar que eles exijam o resgate da dívida.

Os juros estratosféricos não promovem a cura da doença, mas têm terríveis efeitos colaterais. Um deles costuma ser a queda abrupta dos investimentos, que leva rapidamente à recessão. Uma taxa de 25% ao mês proporciona ganhos *reais* de 1500% ao ano, incomparavelmente superiores aos que podem ser alcançados em qualquer setor de economia. Enquanto remunerar come estes índices, ou com outros próximos a estes, os compradores de títulos públicos, o governo atrairá para estes títulos todos os recursos disponíveis, inibindo qualquer tipo de investimento produtivo.

Aplicar integralmente o pacote exige ferir a democracia

A segunda pedra no caminho do Novo Cruzado são as conquistas democráticas que, com todas as limitações que se conhece, o povo brasileiro alcançou. Por causar perdas brutais e múltiplas aos trabalhadores (veja estudo completo nas páginas 6, 7 e 8) o Plano enfrentará inevitavelmente a resistência dos trabalhadores, as greves, as pressões para reparação de defasagens salariais.

E as dificuldades não ficarão só aí. A nova Constituição exige a aprovação formal do Congresso às medidas, para que possam ter valor definitivo. Num ano de eleições presidenciais é bastante provável que uma parcela significativa dos partidos e dos parlamentares conservadores rejeitem as medidas do governo, ao menos em seu aspecto mais abertamente antipopular.

Concebido por economistas que participaram do poder nos tempos do autoritarismo extremado, o Novo Cruzado é um programa cuja aplicação integral exigiria ferir, de algum modo, a incipiente democracia brasileira.

E é à luz desta última conclusão que merecem ser interpretadas as declarações catastrófistas dos líderes e teóricos da grande burguesia, no momento em que se lançaram, junto com Sarney, à aventura do "Plano Verão".

Porque talvez o pacote represente de fato uma "última oportunidade", não para a democracia brasileira, mas sim para aqueles que sustentaram a ilusão de que é possível retirar o país da crise sem realizar mudanças significativas em suas estruturas. Porque o mais que previsível fracasso do plano desmoralizará, perante amplos setores do povo, não apenas o atual governo, mas também os planos econômicos da grande burguesia, que ele aplicou integralmente. E porque é impossível prever que atitude tomará ela, ao ver ameaçado seu projeto de manter um regime democrático sob seu controle.

É preciso mostrar ao povo que existe outra alternativa

Por todos estes motivos as correntes verdadeiramente democráticas não podem acreditar que "salvarão as eleições" fazendo vistas grossas ao "Plano Verão". Elas não têm outro caminho a seguir a não ser denunciar as mazelas do pacote e isolar politicamente aqueles que o propuseram. Para defender a democracia brasileira, nos tempos do *Plano Verão*, é preciso anunciar, e com clareza, que existe outra alternativa além do arrocho, da recessão e da crise. Que enxergue e que esteja mobilizado para defendê-la.

CDM
 Conselho de Documentação e Memória
 Fundação Maurício Grabois

O ABC do Novo Cruzado

Os salários foram duramente atingidos, mas não são as únicas vítimas. As finanças públicas caminham para a ruína, as estatais podem ser entregues a preço de banana, e os recursos da Previdência vão ser torrados no pagamento da dívida interna.

Antonio Martins e Umberto Martins

SALÁRIOS

A grande vítima, outra vez

“Quando foi decretado o Plano Bresser nós dissemos que aquele era o maior arrocho que os trabalhadores já haviam sofrido na história do país. Infelizmente, eu preciso afirmar agora que o governo Sarney superou seu próprio recorde”. Foi esta a forte imagem que o diretor-técnico do DIEESE, Walter Barelli, usou ao anunciar no dia 16, em entrevista coletiva à imprensa, os resultados do cálculo que acabara de fazer para verificar os efeitos do “Plano Verão” sobre os rendimentos dos assalariados.

A redução brutal do poder de compra dos trabalhadores, que segundo o DIEESE atinge em média cerca de 40%, é um dos pilares básicos sobre os quais se assenta o novo choque do governo. Primeiro porque, para manter para manter o pagamento dos juros da dívida externa, a equipe chefiada pelo ministro Mailson da Nóbrega prepara-se para aprofundar ainda mais o esforço exportador realizado pelo país nos últimos anos. E para exportar mais é necessário, antes de tudo, reduzir cada vez mais drasticamente o consumo dos assalariados e permitir que uma parcela maior da produção seja enviada ao exterior.

Além disso, o governo acredita que se mantiver os salários baixos e o consumo reduzido poderá sustentar por longo período índices de inflação próximos ou iguais a zero. Este raciocínio finge ignorar, por exemplo, que uma das causas da alta de preços no Brasil, jamais combatida, é a permanente necessidade de emissão de moeda para saldar os juros da dívida interna.

Para assegurar a diminuição do poder de compra dos trabalhadores dois mecanismos básicos foram empregados. O primeiro deles consistiu em congelar os salários pelo seu valor médio dos últimos 12 meses. Com isto, o governo impediu que os salários recupe-

rassem até mesmo o valor que tinham em seu último reajuste.

Não se trata de um dispositivo novo. A bem da verdade, um dos primeiros atos dos golpistas de 1964 foi precisamente o congelamento dos salários com base em seu valor médio (dos últimos 24 meses), sob o eterno pretexto de combate à inflação. O governo Sarney, porém, parece viciado na utilização deste método de arrocho. Com efeito, esta é a terceira vez que o aplica: impôs a mesma forma de reajuste salarial em 1986, durante o Plano Cruzado, e em 1987, no Plano Bresser.

A utilização sistemática desta metodologia conduz à depreciação progressiva e contínua dos salários. A média transforma-se em novo “pico”, é submetida ao processo de desgaste pela inflação e a cada congelamento revela-se acentuadamente menor que a anterior, devido às alterações nas regras de negociações e correções salariais. Os estudos do DIEESE evidenciam o processo: o índice de salário real, tomando por base 100 o mês de março de 1986 e usando o IPC por deflator, mostra que a “média” do “Plano Verão” representava pouco mais da metade do poder de compra que tinham os salários ao ser iniciado o Plano Cruzado.

A cada novo pacote o governo propala a velha promessa de inflação zero, ou quando menos de um índice desprezível, de maneira que estaria assegurada, ao menos, a manutenção do poder de compra no patamar da nova “média”. Velha lenga-lenga, que não ilude mais ninguém a esta altura.

O outro mecanismo imposto para elevar o nível do arrocho foi o da alta desenfreada e desavergonhada dos preços antes do congelamento. A equipe econômica do governo não apenas deixou vazar os termos do pacote como também incentivou de forma deliberada as remarcações, com a justificativa

cínica de que era preciso garantir o “alinhamento dos preços relativos”.

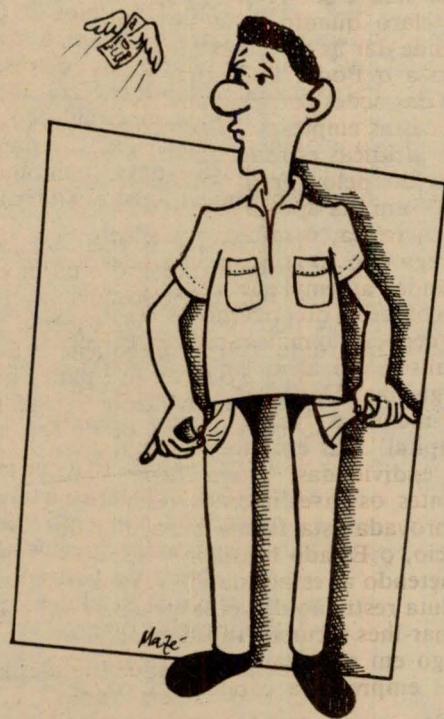
Eis como trabalhou o CIP, as vésperas do “Plano de Verão” segundo reportagem do jornal “Gazeta Mercantil”: “Na noite de sexta-feira, mais especificamente a partir das 22 horas” — narra o jornal — “as linhas de telex do Ministério da Fazenda em Brasília e do Rio foram totalmente ocupadas pela transmissão de aproximadamente oitenta comunicados do CIP, endereçados individualmente às entidades de representação do comércio e da indústria em todo o país, autorizando os reajustes de preços a partir daquela data (13 de janeiro)”. O repórter informou, ainda, que “em alguns casos, não houve tempo de definir nem mesmo o percentual, diante do volume de trabalho que os técnicos do CIP e da Secretaria Especial de Preços (SEAP) tiveram nos dias anteriores, (...) e as associações receberam apenas um telex informando que suas tabelas haviam sido majoradas”.

O aumento autorizado para o cobre foi de 73%; para o alumínio, 68%; vidros planos, 62% e assim por diante. O fato é que, conforme levantamento da FIPE (instituição que pesquisa preços em São Paulo) a tabela oficial do congelamento, editada pelo governo, estava pelo menos 11% acima dos preços praticados pelo mercado, apesar da febre de remarcações.

Critério ainda mais agressivo de arrocho foi utilizado pelo governo contra o funcionalismo público federal, que de início ficará 50 dias sem receber, uma vez que o pagamento não será mais realizado no dia 20 de cada mês e sim do dia 10 do mês seguinte. Além disto, o valor global da folha de pagamento do setor fica limitada a 65% da receita líquida do governo — conceito que, hipocritamente, exclui os gastos fenomenais com juros, classificados de

Quem ganha
Empresários em geral

Quem perde
Assalariados em geral

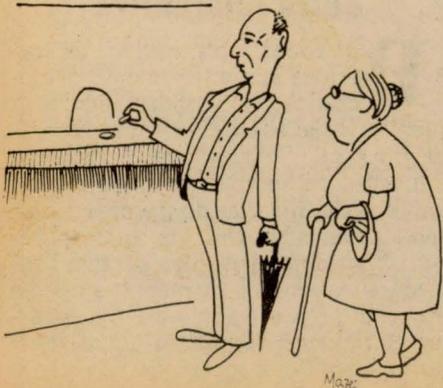


maneira pomposa e errônea como “transferências” de receita.

O pacote embute um item que, ao lado de ser inaceitável para os trabalhadores, fere frontalmente o espírito da Constituição. Ele proíbe expressamente a reposição das perdas históricas sofridas pelos assalariados — compreendendo todo o arrocho que precedeu o plano. Pretende, com isto, eternizar a miséria, contra o dispositivo constitucional que garante a irredutibilidade do valor dos salários.

PREVIDÊNCIA

Rumo ao fundo do poço



Com objetivo de permitir que o governo tenha recursos para continuar pagando por algum tempo os juros estratosféricos oferecidos aos aplicadores do overnight, foi embutida entre as decisões que estão sendo examinadas pelo Congresso uma medida que prejudica especialmente os trabalhadores.

Ela diz respeito aos recursos da Previdência Social. A Medida Provisória n.º 30 estabelece que as receitas “de qualquer natureza” da Previdência não serão mais recolhidas ao respectivo

ministério, e sim ao caixa do Tesouro Nacional.

A suspeita de que o objetivo da decisão era desviar recursos que pertencem aos trabalhadores para a rolagem da dívida interna foi levantada imediatamente pelo economista Walter Barelli, diretor-técnico do DIEESE. E, no dia 18, o ministro João Baptista de Abreu, em entrevista à imprensa, acabou confirmando a hipótese.

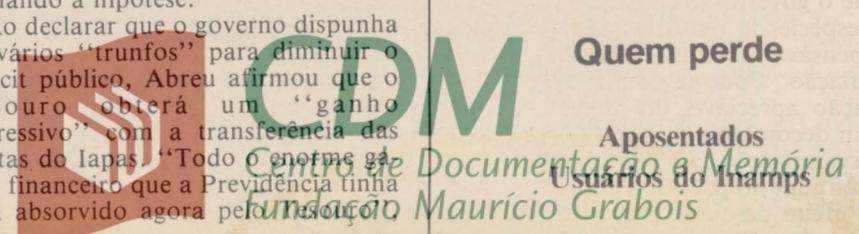
Ao declarar que o governo dispunha de vários “trunfos” para diminuir o déficit público, Abreu afirmou que o Tesouro obterá um “ganho expressivo” com a transferência das contas do Iapás. “Todo o enorme ganho financeiro que a Previdência tinha será absorvido agora pelo Tesouro”, disse.

Quem ganha

Especuladores

Quem perde

Aposentados
Usuários do Inamps



ESTATAIS

Sarney entrega tudo

Uma decisão revoltante incluída no conjunto das Medidas Provisórias encaminhadas pelo presidente Sarney ao Congresso é a política em relação às empresas estatais. O assunto tem merecido espaço reduzido na imprensa, talvez pelas vantagens que o sigilo pode trazer aos que há anos lutam contra estas empresas.

No entanto, uma rápida passada de olhos pelo texto da Medida Provisória nº 26 é suficiente para estarrecer os que se dispõem a defender um patrimônio construído através dos anos, sempre com o esforço dos trabalhadores.

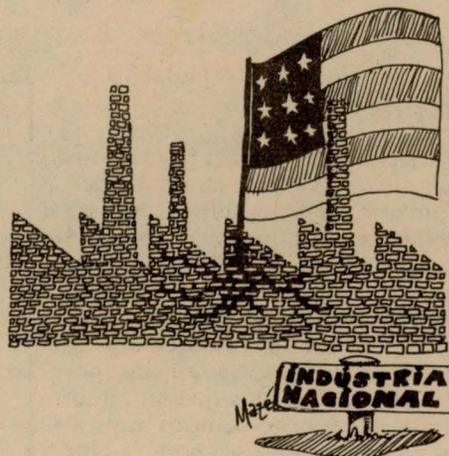
Através dos artigos 1º e 3º desta Medida Provisória o presidente da República fica autorizado a privatizar todas as mais de 400 estatais pertencentes à União, com exceção das onze consideradas "de segurança nacional".

Mas não é só. O artigo 4º é ainda mais claro quanto ao destino que se pretende dar às empresas públicas. Ele autoriza o Poder Executivo a alienar parte das ações correspondentes ao capital destas empresas "a pessoas naturais e jurídicas estrangeiras".

Ouvido pelo jornal "Gazeta Mercantil" um dia após a edição da Medida Provisória, o ministro Mailson da Nóbrega não só confirmou a intenção de vender as empresas como garantiu que o objetivo do governo é "viabilizar estes negócios o mais rápido possível".

Mailson foi além em seus intentos entreguistas. Declarou que o Tesouro pode inclusive "fazer aportes prévios de capital" nas estatais que se encontram endividadadas, "para tornar mais atraentes os investimentos externos". Se aprovada esta forma particular de negócio, o Estado brasileiro, que vem submetendo as estatais a um regime de absoluta restrição de verbas, passará a destinar-lhes recursos substanciais, para logo em seguida passar o controle destas empresas a capitalistas estrangeiros.

O esforço do governo Sarney para liquidar as empresas públicas não ficou



apenas na Medida Provisória nº 26, no entanto. No mesmo dia em que anunciou o Plano Verão o presidente Sarney decretou a **dissolução** por decreto de três estatais ligadas aos ministérios dos Transportes e da Agricultura. O que chamou mais atenção foi o fim da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural - Embrater -, que tinha uma extensa folha de serviços prestados em benefício do avanço tecnológico do campo brasileiro.

Ainda por decreto o presidente determinou a privatização da Empresa de Navegação Lloyd Brasileiro, Companhia Siderúrgica da Amazônia, Companhia Auxiliar de Empresas Elétricas Brasileiras, Empresa de Navegação da Amazônia e Companhia de Navegação do São Francisco.

<p>Quem ganha</p> <p>Especuladores Banqueiros</p>
<p>Quem perde</p> <p>Tesouro Nacional Funcionalismo Estatais</p>

RECESSÃO

O fantasma bate à porta

Um dos aspectos mais perversos do "Plano Verão" é o seu caráter eminentemente recessivo. Além de não contemplar nenhuma iniciativa destinada a reanimar a economia, o pacote inclui uma série de decisões que tendem a provocar uma retração ainda mais acentuada da atividade produtiva.

Os novos cortes nos gastos públicos, a alta extorsiva dos juros, o arrocho salarial, a demissão de funcionários públicos e a desvalorização cambial constituem um conjunto de decisões orientadas precisamente no sentido da recessão, que o governo já considera como uma espécie de remédio amargo, mas indispensável à sua tática de combate à inflação. Pode-se contar com uma retração apreciável do mercado interno, em decorrência das perdas salariais, desvalorização cambial e outras medidas contidas no pacote. Também, este é um efeito desejado pela equipe governamental, sob a alegação (falsa)

de que de outro modo não é possível conter a hiperinflação. Revela-se aí, em toda linha, o caráter antipopular e antinacional do plano, elaborado conforme a lógica do modelo exportador e dependente. Desde o início da década, a economia brasileira não cresce, o PIB **per capita** evoluiu à razão de 0,3% ao ano (sem computar a provável queda do ano passado). A produção industrial, segundo dados divulgados pelo Banco Mundial, depois de ter apresentado um crescimento médio anual da ordem de 9,9%, no período compreendido entre 1965 a 1980, registrou um incremento anual (médio) de apenas 1,6% entre 1980 e 1986.

Este processo de longa estagnação, empobrecimento e agonia é o problema básico do país. Reclama solução urgente. O "Plano Verão", contudo, em vez de enfrentá-lo, só contribui para o seu recrudescimento, com seus novos ingredientes recessivos.

FINANÇAS PÚBLICAS

Mais miséria, e mais gastos

Algo que merece ser examinado com a maior atenção no novo choque econômico do governo são as medidas adotadas para a chamada "contenção dos gastos públicos".

Isto porque as correntes conservadoras conseguiram disseminar, nos últimos anos, a falsa idéia de que a origem da inflação e da maior parte dos problemas econômicos brasileiros está na suposta vocação do Estado para investir quantias incomparavelmente superiores às que arrecada, e a emitir em consequência disso um volume de moeda que corrói nas bases qualquer plano de estabilidade. A contenção deste ímpeto gastador é, para estas correntes, a medida fundamental para assegurar o controle sobre o aumento de preços.

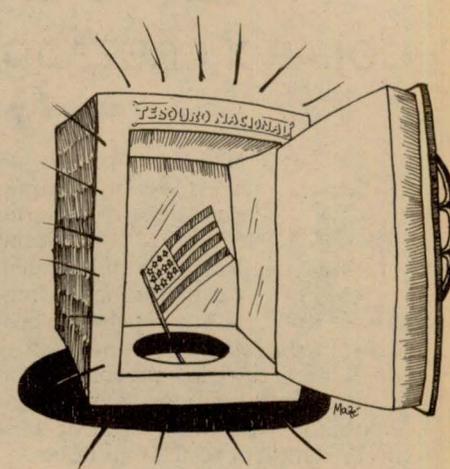
Foi por fidelidade a esta tese, aliás que todos os líderes principais da grande burguesia afirmaram que o choque só terá sucesso se o governo cumprir uma política de "devastadora, cruel, extrema violência no controle dos gastos públicos", para usar uma expressão cunhada pela "Folha de S. Paulo" em editorial de primeira página.

E de fato o governo tomou decisões de impacto em relação ao chamado déficit público. Determinou, em primeiro lugar, a demissão de todos os funcionários contratados sem concurso nos últimos cinco anos, que perfazem um número entre 60 e 150 mil; além disso, procura reduzir pela metade os orçamentos de todos os ministérios. Por fim, o governo impôs severas restrições sobre o orçamento das estatais e anunciou que iria dissolver ou privatizar boa parte destas empresas. Se estivessem corretas as premissas básicas que os conservadores estabelecem para o controle da inflação, seria forçoso reconhecer que desta vez estão satisfeitas todas as condições para ele "dar certo".

E no entanto, uma rápida consulta às estatísticas oficiais é suficiente para demonstrar com segurança que tais medidas serão absolutamente ineficazes; e que ao adotá-las o governo corta na verdade a parte **menos significativa** das despesas públicas e a que **contribui apenas secundariamente** para que as emissões sejam necessárias.

Em artigo publicado na imprensa no último dia 22 o professor Dércio Garcia Munhoz, da Universidade de Brasília, demonstrou que na verdade, e ao contrário do que repetem insistentemente os teóricos da direita, o Estado brasileiro tem operado nos últimos anos não com um déficit, mas com um **superávit** operacional — ou seja, ele gasta com funcionários, obras e investimentos e material de consumo **menos** do que arrecada.

Os números são eloquentes. De janeiro a novembro de 1988 (último período com dados disponíveis) a União arrecadou 6,2 trilhões de cruzados velhos. No mesmo período, o total de gastos operacionais, mais as transferências para Estados e Municípios e Finsocial, chegou a Cz\$ 5,4 trilhões. Um superávit, portanto, de nada me-



nos que 800 milhões de cruzados.

Mas então, de onde surge o déficit? A resposta pode ser encontrada no mesmo artigo do professor Dércio. Ele mostra que, sempre no período compreendido entre janeiro e novembro de 88, a União empregou 3,7 trilhões de cruzados no pagamento **dos juros** das dívidas externa e interna. E que foi este dispêndio, portanto, o responsável por o Tesouro fechar o ano não com um superávit, e sim com um déficit de 2,9 trilhões de cruzados.

Os conservadores evitam falar nos gastos com estas dívidas, porque defendem a manutenção de um modelo econômico baseado, entre outras coisas, na manutenção de vínculos estreitos com a comunidade financeira internacional, e na continuidade do pagamento dos débitos externos.

Tampouco as medidas adotadas pelo governo Sarney estabelecem qualquer mecanismo de controle do pagamento de juros pelo Estado. Embora o presidente tenha declarado formalmente que "não gastará mais que arrecada", o parágrafo 4º do artigo 12 da Medida Provisória básica que instituiu o "Plano Verão" estabelece que o Estado continuará rolando a dívida já existente, e emitindo moeda e títulos **novos** para fazer frente aos "encargos financeiros dos títulos vencíveis no período".

O mais impressionante, porém, é que além de manter o pagamento dos encargos o governo passou a remunerar a dívida interna, nos dias que se sucederam ao choque, a taxas reais de 25% ao ano. O professor Dércio Munhoz notou que apenas nos três dias que se seguiram ao feriado bancário pós-Plano o Tesouro amargou um prejuízo de 1,5 bilhão de dólares.

A conclusão que se extrai de tudo isso é que se o Congresso aprovar a política financeira estabelecida no "Plano Verão" ele não estará apenas referendando a demissão em massa de funcionários, a paralisação de investimentos imprescindíveis ao desenvolvimento do país e a privatização criminosa das estatais. Ele estará também dando seu aval a um mecanismo que poderá reduzir a inflação por alguns meses, mas que terminará por permitir a sua volta, em níveis muito mais devastadores, num futuro muito próximo.

Quem ganha

Investidores estrangeiros
Credores do Brasil

Quem perde

Funcionários
Sociedade Nacional

CDM

Centro de Documentação e Memória
Fundação Mascheroni

O ABC do Novo Cruzado

DÓLAR X CRUZADO

O peso da desvalorização

Não são poucas as pressões inflacionárias que o governo embuti no "Plano Verão" e que tendem a explodir mais à frente através de um processo incontrolável — e poderoso — de remarcação dos preços. Destacam-se, neste sentido, as mudanças cambiais — desvalorização de 17% do cruzado em relação ao dólar —, as altas de juros e a elevação das tarifas públicas.

A equipe de Sarney, e economistas a ela vinculados, argumentam que era inevitável a alteração cambial. Sustentam que o cruzado já acumulava uma defasagem expressiva — estava supervalorizado — em relação ao dólar há mais de um ano. Também justificam a medida como um meio de ajustar a taxa cambial ao novo método adotado para calcular a inflação de janeiro — que deve levar o índice a mais de 50%.

Os fatos indicam, porém, que nossa moeda encontrava-se, ao contrário, superdesvalorizada em relação ao dólar e a outras moedas estrangeiras. A mecânica de minidesvalorizações diárias jamais levou em consideração a inflação e alterações de cotações ocorridas no exterior (especialmente sobre o dólar). Buscava, isto sim, manter uma atualização diária do câmbio com referência na inflação interna. Não é sem razão que, mês a mês, o país vem mantendo a expansão do superávit comercial, que nos 12 meses do ano passado atingiu montante superior a 19 bilhões de dólares. O que isto revela senão uma depreciação sem paralelos do cruzado?

Custo maior

Nas atuais condições, em que o câmbio estava sujeito a uma correção diária e com a moeda nacional evidentemente subavaliada, a desvalorização de 17% — e de uma só pancada — foi uma violência, que

pouco fica devendo às maxidesvalorizações promovidas na época de Delfim Netto. Inevitavelmente, e a curto prazo, isto significa uma forte pressão, com aumento de custos, sobre toda a economia, beneficiando apenas os exportadores, que, aliás, reivindicavam tal medida, embora tenham ficado gratamente surpresos (esperavam algo em torno de 10%).

A pressão maior será sobre as já combalidas finanças públicas. A dívida externa em cruzados foi aumentada, do dia para a noite, na mesma proporção da desvalorização. E o governo não é apenas o maior devedor (detendo cerca de 80% dos débitos). Também é o encarregado de transformar dólares em cruzados para pagar os exportadores. A sobrecarga em juros externos atingirá cerca de 2 bilhões de dólares (ou de cruzados novos). Diante disto, a economia pretendida com a demissão em massa de funcionários torna-se irrisória.

Também os importadores sofrem, direta e imediatamente, as pressões de custos decorrentes da desvalorização, ou seja, deparam-se com uma elevação cavalgar, de 17%, dos preços das mercadorias importadas. Os reflexos não tardarão a se propagar inevitavelmente por toda a economia, provocando uma pressão irresistível sobre os preços.

Outro item do pacote que possui um grande potencial inflacionário é a elevação das taxas de juros ou do que alguns chamam de custo do dinheiro. A rigor, juros não significam custos, não compõem os fatores que entram no processo de produção (como matérias-primas, mão-de-obra, máquinas, etc.). Mas representam parcela do lucro que os diferentes setores da burguesia têm de dividir entre si. Para quem paga juros não faz diferença se for contabilizado como custo, porém é preciso manter a margem de cada participante do banquete.

Assim, quem passa a pagar juros mais altos só vê duas saídas: ou deixa de tomar emprestado ou repassa a agiotagem aos preços. Intolerável é ceder parte do seu lucro neste processo. Este conflito, por sinal, já está estourando. O presidente da Federação do Comércio do Estado de São Paulo, Abram Szajman, por exemplo, foi um dos que atacaram duramente as taxas de juros praticadas pelo mercado após o pacote (de 25% ao mês), dizendo: "Elas terão que cair nos próximos dias, senão várias empresas vão quebrar", ou provavelmente burlar o congelamento.

Um terceiro fator que conduz a pressões altistas são os aumentos acentuados nos preços de bens e serviços praticados pelo setor público, autorizados dias antes do congelamento. Se isto por um lado ameniza os problemas financeiros das estatais e, por extensão, do governo federal, por outro produz uma elevação generalizada de custos em diferentes setores econômicos, sobretudo aqueles que mais recorrem ao fornecimento de matérias-primas por estatais.

Em função disto, por exemplo, a Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul (Fiergs) já pediu ao governo o abrandamento do congelamento para as indústrias que dependem do fornecimento de aços inoxidáveis planos, que tiveram uma elevação em seus preços da ordem de 64,99% autorizados pelo CIP dias antes do congelamento. Eles alegam que não poderão suportar esse e outros aumentos de insumos sem possibilidade de repassar aos preços.

Os congelamentos promovidos anteriormente (nos planos Cruzado e Bresser) mostraram que o governo não possui nem muita coragem nem disposição para enfrentar as pressões inflacionárias procedentes do empresariado. Tudo indica que desta vez não vai ser diferente.

Quem ganha

Exportadores

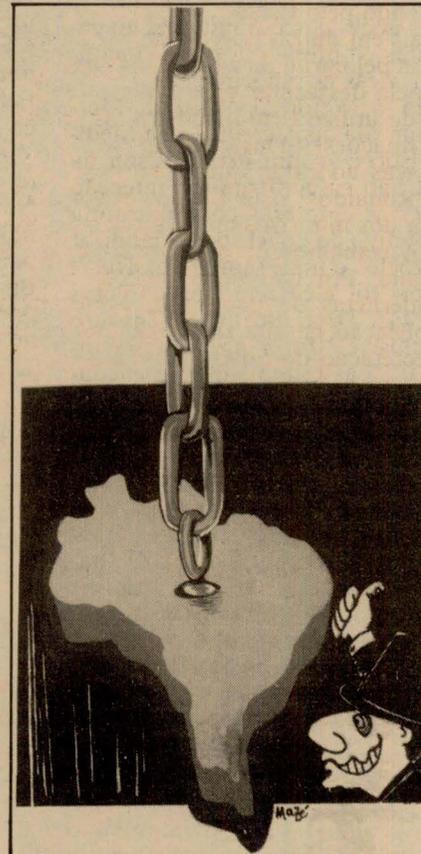
Bancos estrangeiros

Quem perde

Tesouro Nacional

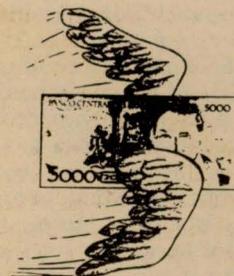
Estatais

Consumidores em geral



MENSALIDADES ESCOLARES

Uma aula de aproveitamento



Mais uma vez o governo parece disposto a conceder grandes vantagens aos estabelecimentos de ensino particulares, ao considerar a adoção de um cálculo para as mensalidades que lhes é altamente favorável.

No primeiro momento, as mensalidades foram congeladas. Porém, diante da arrogante ma-

nifestação da Federação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino (FENEN) falava-se, no início da semana passada, que o governo reveria esta posição, concedendo um reajuste inicial de pelo menos 20% para só depois adotar o congelamento.

E ainda assim os donos de escolas não se consideraram satisfeitos. O presidente do Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino do Estado de São Paulo, José Aurélio de Carmargo, garantiu no dia 19 que as escolas paulistas

preparam-se para desrespeitar abertamente a medida, porque julgam-se obrigadas a cumprir apenas os Planos Financeiros que elas mesmas elaboram.

Se o congelamento fosse mesmo para valer, a atitude de José Aurélio ensejaria uma imediata reação das autoridades, com punição severa aos infratores. A história dos congelamentos anteriores, no entanto, faz supor que se depender do governo as mensalidades subirão tanto quanto seus proprietários desejarem.

Quem ganha

Escolas particulares

Quem perde

Estudantes

Pais de alunos

CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

Que delícia de "Verão"!

Um roteiro (ainda incompleto) dos escândalos e falcatruas do "Plano Verão" e dos lucros milionários obtidos em poucos dias com as taxas de juros que ele determinou.

A fantástica aplicação do senhor Couto

De todos os casos de favorecimento que o "Plano Verão" propiciou o do ministro Ronaldo Costa Couto é talvez o mais escandaloso. Não pelo montante do prejuízo

sofrido pelo Estado, que perdeu muito mais em outras operações inaceitáveis, mas pelo grau da autoridade envolvida e pela desfaçatez com que esta autoridade utilizou em benefício próprio informações sigilosas a que teve acesso graças ao cargo que exerce.

Ronaldo Costa Couto foi, de fato, um dos ministros que mais se envolveu nos trabalhos de preparação final do plano. Por isso ficou sabendo que as cadernetas de poupança seriam uma aplicação de alta rentabilidade após a decretação do novo plano. Soube ainda que as vantagens seriam bem maiores para as contas abertas antes do feriado bancário, pois as demais teriam seu período de carência ampliado de 1 para 6 meses. Com base nestas informações o ministro abriu, no último dia útil antes do anúncio das novas medidas, uma caderneta de poupança no

Os bancos e sua ciranda mágica

A série de concessões que o governo fez aos bancos, para que operações especulativas realizadas por eles antes do "Plano Verão" não resultassem em prejuízo é outra

história digna das Mil e Uma Noites.

No período anterior ao congelamento os bancos costumavam utilizar os recursos depositados pelos clientes em caderneta de poupança para fazer compras maciças de OTNs, um dos títulos da dívida pública. Como as OTNs sempre tiveram remuneração muito superior à da poupança, havia sempre uma diferença em favor dos bancos, que obviamente não era repassada a seus clientes.

Uma das decisões do "Plano Verão" foi congelar o valor das OTNs a pretexto de obter a desindexação da economia. Em condições normais, isto resultaria num importante prejuízo para os bancos que especulavam com o dinheiro da poupança, pois embora continuem obrigados a pagar juros de 6% ao ano às cadernetas, não receberiam qualquer rendimento pelas OTNs.

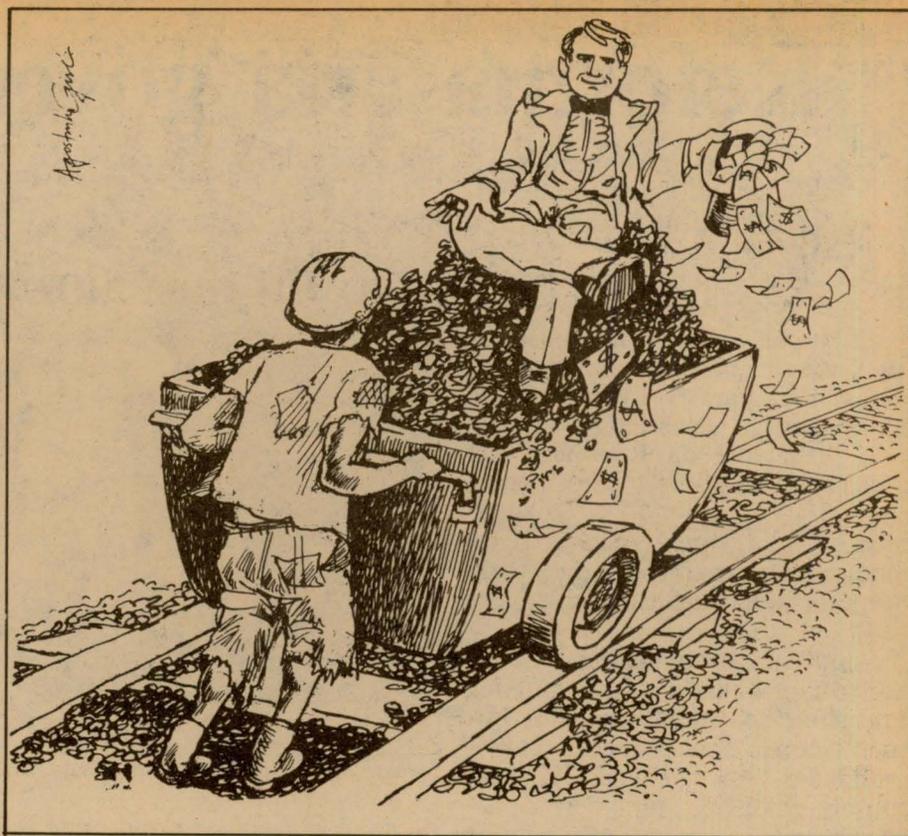
A questão foi facilmente contorna-

valor de 67 milhões de cruzados numa agência do Banco do Brasil. O caso se torna ainda mais grave quando se conhecem algumas de suas circunstâncias. Para prevenir-se contra um possível vazamento de informações a direção geral do banco havia emitido a todas as agências, dias antes, um comunicado que desaconselhava a abertura de contas de poupança com valor superior a 50 milhões de cruzados. O título do comunicado era "Depósitos com fins especulativos". O ministro, porém, conseguiu o relaxamento da proibição.

Talvez por alinharem-se entre os apoiadores mais convictos do "Plano Verão" os grandes jornais deram reduziíssima divulgação ao fato, que foi denunciado pelo Sindicato dos Bancários de Brasília. Pior ainda porém foi o tratamento adotado pelo banco. Além de não tomar qualquer medida para ressarcir-se do prejuízo ainda ameaçava, no final da semana passada, punir por "quebra de sigilo bancário" os funcionários que tomaram conhecimento e que alertaram o sindicato sobre o ocorrido.

da, confirmando o princípio de que os especuladores nunca perdem no Brasil. Depois de uma tarde de pressões junto ao ministro Mailson da Nóbrega os banqueiros conseguiram, no dia 18, trocar todas as OTNs de que dispunham por LFTs, um outro título da dívida interna. Ao contrário do que prometera o governo não houve qualquer "deságio" (desconto) no valor das OTNs convertidas. Com isso os bancos não só livraram-se do prejuízo como passaram a contar com títulos novos de rentabilidade estratosférica, pois o Tesouro tem remunerado as LFTs à razão de 25% ao mês.

Não era suficiente, porém, para satisfazer o apetite das hienas. Mediante nova rodada de pressões os bancos conseguiram, no dia 19, que o Banco Central editasse a Circular 1425, baixando as taxas de juros de algumas linhas de financiamento que ele, BC, concede às instituições financeiras. Com isso criou-se uma curiosa ciranda. Numa ponta o governo toma dinheiro emprestado dos bancos e paga juros de 25% ao mês, ou 1500% ao ano. Noutra ponta o Banco Central empresta dinheiro aos mesmos bancos, e cobra juros de zero a 6% ao ano. Não é mesmo uma delícia de "Verão"?



Os exportadores também ganham

Se todos podem aproveitar à vontade as vantagens de um cassino que oferece sem risco algum ganhos de até 1500% ao ano, por que os exportadores iriam ficar

de fora?

As taxas de juros monumentais oferecidas pelo Tesouro passaram a ensinar, a partir do final da primeira semana de "Plano Verão" uma onda de especulação com Adiantamentos de Contratos de Crédito — os ACCs.

Os ACCs são, em condições normais, financiamentos para a exportação. Um exportador vai a um banco e declara que pretende exportar, num prazo que pode chegar a 180 dias, um determinado valor em mercadoria. Solicita então que o banco lhe adiante uma parte desse total para que possa produzir os bens a serem exportados. Os juros cobrados pelo empréstimo

têm como referência as taxas internacionais, que giram em torno de 10% ao ano.

Após o choque os exportadores perceberam que poderiam obter margens extraordinárias se solicitassem empréstimos através dos ACCs e aplicassem o dinheiro imediatamente no *overnight*, ao invés de investi-lo na produção. Houve uma verdadeira "corrida" para fazer os adiantamentos de ACCs, relatou a "Gazeta Mercantil" no último dia 21.

As conseqüências de mais esta onda de aproveitamentos às custas do Tesouro podem ser graves, segundo o mesmo jornal que relata: "alguns bancos já detectaram a confusão que pode estar sendo germinada neste momento, pois nada garante, também, que todas as exportadoras que fecharam adiantamento de contratos de câmbio por até 120 dias conseguirão produzir normalmente e embarcar a mercadoria recebendo os dólares em contrapartida".

As vantagens de sonegar imposto

É verdade que pagar impostos nunca foi um hábito muito exercitado pelos grandes empresários brasileiros, mas depois do "Plano Verão" a sonegação deliberada

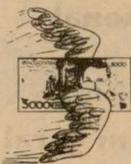
corre o risco de transformar-se num autêntico esporte nacional.

O diretor de um banco surpreendeu-se alguns dias após o choque quando constatou que o recolhimento semanal de tributos em sua instituição havia atingido apenas 1/3 do previsto. Normalmente as previsões são impressionantemente precisas.

Não foi preciso muito esforço para descobrir a origem da discrepância. Ao ser decretado o choque acabou a correção monetária que era cobrada sobre os impostos atrasados. "Como a multa para o atraso de impostos é de apenas 10% para os primeiros 90 dias, mais

1% de juros por mês, adiar o pagamento de tributos transformou-se no melhor negócio da praça — explicou a Gazeta Mercantil —. Afinal, esse dinheiro, se aplicado no *overnight* rendeu o equivalente a 25% ao mês nos últimos dias".

O mais curioso é que este problema chegou a ser detectado antes da edição do "Plano", conforme declarou o secretário-adjunto da Receita Federal, Jorge Victor Rodrigues. Jorge afirmou que teve a oportunidade de preparar pessoalmente um artigo a ser incluído nas medidas provisórias baixadas por Sarney, penalizando com juros iguais aos do *over* os atrasos de impostos. Um dia antes da decretação do choque, porém, quando o consultor-geral da República Saulo Ramos coordenava a revisão da documentação a fim de afigurar o pretexto de que seria conveniente "enxugar ao máximo" o plano.



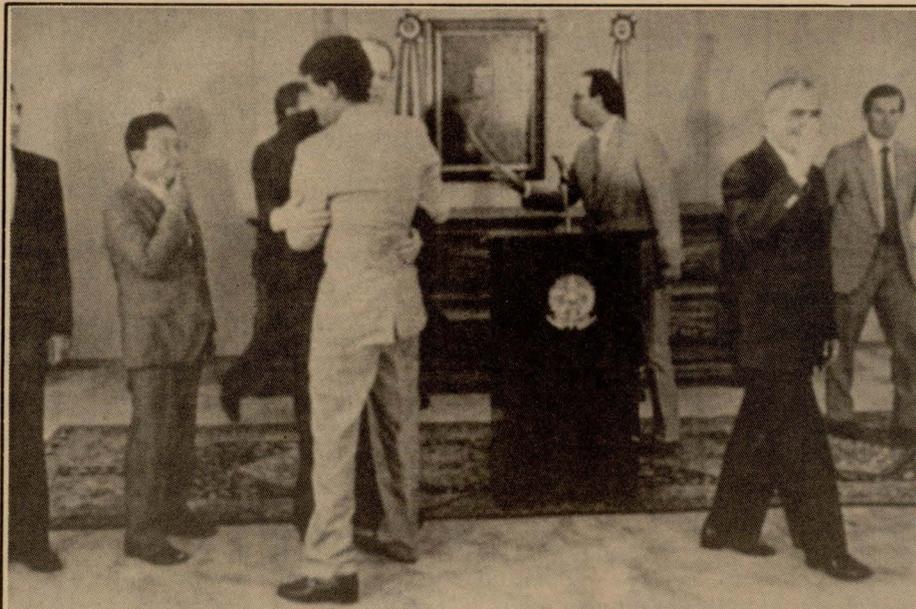
Reforma cria governo de apaniguados

Desde novembro do ano passado o governo começou a "plantar" na imprensa notícias sobre uma "ampla e multilateral" reforma administrativa. Durante quase dois meses as páginas dos grandes jornais foram inundadas de declarações do próprio presidente da República, de ministros, assessores, informantes em "off", anunciando o "enxugamento" e a "modernização" da máquina governamental, o corte de despesas supérfluas e a racionalização.

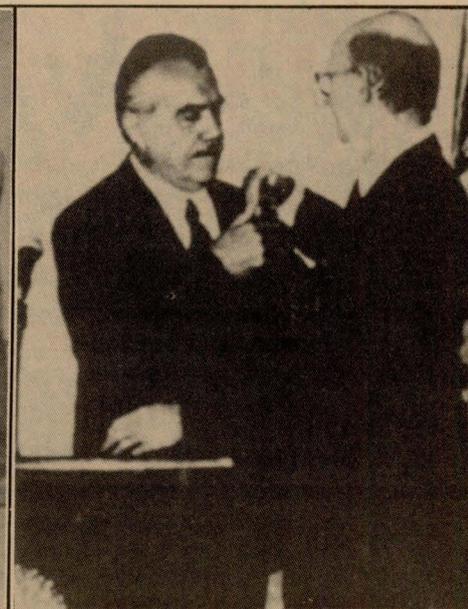
É indiscutível o gigantismo e a hipertrofia da administração pública brasileira, seu emperramento, burocratização e inadequação às necessidades reais do país. Há, sem sombra de dúvida, uma desproporção imensa em comparação com os setores produtivos e a vida social. É uma espécie de organismo vitimado por elefantíase, daí sua comprovada ineficiência.

As verdadeiras intenções

Mas, anunciada a reforma administrativa, no último dia 15, como apêndice do "plano de verão" ficaram evidentes as verdadeiras intenções do governo. Em primeiro lugar, todo aquele alarido não passava de diversionismo para retirar da ordem do dia a discussão dos resultados eleitorais e preparar na calada



Sarney empossa ministros. Nomeando compadres e antigos reacionários



da noite as medidas provisórias antipopulares, antinacionais e recessivas que compõem o "pacote de verão".

Em que consistiu, na verdade, a reforma administrativa de Sarney? O "enxugamento" da máquina atinge setores que, embora inoperantes, devido à incompetência governamental, relacionavam-se com o atendimento de necessidades sociais ou com a defesa da soberania nacional. Assim, dos 5 ministérios extintos, 4 podem ser enquadrados nessa categoria: Habitação e Bem-

Estar Social, Irrigação, Reforma Agrária e Ciência e Tecnologia. Através de decreto, o presidente da República determinou também a extinção, dissolução e venda, de 28 autarquias, fundações e empresas públicas, entre elas a Embrater, ligada à assistência técnica e à extensão rural, a EBTU-Empresa Brasileira de Transportes Urbanos, a Empresa de Navegação da Amazônia, a Companhia de Navegação do São Francisco, a Companhia de Navegação Lloyd Brasileiro, o Conselho de Desenvolvimento das Micro, Pequenas e Médias Empresas, o Serviço Especial de Bolsas de Estudo etc. No plano do presidente, "enxugar" é também demitir em massa funcionários públicos federais.

A Ordem dos Advogados do Brasil imediatamente arguiu a inconstitucionalidade da extinção de empresas públicas. Segundo o pensamento da entidade, o governo não pode extinguir empresas por decreto. Pela Constituição (art. 84) essa atribuição cabe ao Congresso Nacional.

Governo de apaniguados

A reforma administrativa tem claro sentido político. Finalmente, talvez Sarney tenha conseguido realizar o objetivo que persegue desde que assumiu, por um acaso, o comando da nação em 15 de março de 1985: compor um governo de apaniguados, onde o que predomina não são vínculos políticos com a sociedade, mas interesses menores, de clãs, na mais rasteira tradição do compadrio. O ministério de Sarney, depois da reforma, é composto por frequentadores do círculo íntimo do presidente, gente que vive de favores pessoais, novos e antigos reacionários empedernidos. O resultado é o maior predomínio de uma orientação direitista e fisiológica para o último ano do mandato presidencial.

Predomínio do militarismo
A reforma administrativa põe mais uma vez a nu a chaga do mili-

tarismo. Todos os seis ministérios militares foram preservados. O SNI, organismo vinculado à espionagem e à repressão política, mantém status de ministério, o mesmo acontecendo com o Estado Maior das Forças Armadas e Casa Militar da Presidência da República. Nenhum gasto militar foi cortado. O pior é que os generais pegaram uma carona na reforma de Sarney e impuseram a criação da Secretaria de Assessoramento da Defesa Nacional (Saden), o novo nome e a nova feição maquiada do Conselho de Segurança Nacional extinto pela nova Constituição. Segundo a Medida Provisória n.º 29, essa Secretaria ganha até mais poderes que o antigo CSN, uma vez que se transforma também em secretaria executiva de todos os conselhos da presidência da República. Uma verdadeira excrescência, se considerarmos que o país não está vivendo nenhum conflito bélico. A menos que o governo e os generais que o tutelam considerem-se em guerra contra o povo. O que não deixa de ser real.

Golpe na Previdência

O governo embutiu também entre as medidas da reforma um verdadeiro atentado à Previdência Social. É ainda a Medida Provisória n.º 29 que determina que toda a administração financeira da Previdência Social seja transferida para o Ministério da Fazenda. Assim, quem vive de aposentadorias e pensões e depende de atenção médica da Previdência Social fica ameaçado pelas duvidosas prioridades que a Fazenda vier a estabelecer. Numa fase em que só se fala em cortes dos gastos públicos de caráter social, torna-se evidente onde é que o Ministro da Fazenda irá cortar.

Por tudo isso, a reforma administrativa é uma espécie de adeus às ilusões, uma piada de mau gosto, um rato parido pela montanha, além de uma acintosa hostilidade aos direitos sociais dos brasileiros.

Medidas e decretos do "Plano Verão"

O "Plano Verão" é composto de nove Medidas Provisórias, sendo que uma delas, a de número 33, que determina a demissão de funcionários públicos, foi devolvida pelo Congresso ao governo. O teor das medidas, que o Congresso deverá aprovar ou rejeitar até o dia 15 de fevereiro é o seguinte:

Medida n.º 25 — Autoriza o governo a assumir responsabilidades nos casos de extinção de empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias e controladas, ou empresas sob seu controle direto.

Medida n.º 26 — Autoriza a privatização de empresas estatais.

Medidas n.ºs 27 e 28 — Extinguem vários órgãos públicos.

Medida n.º 29 — Reorganiza a Presidência da República, subordinando-lhe os gabinetes Civil e Militar, a Secretaria de Assessoramento da Defesa Nacional (novo nome do Conselho de Segurança Nacional, extinto pela nova Constituição), o SNI, o Alto Comando das Forças Armadas, o Estado Maior das Forças Armadas, o Conselho de Desenvolvimento Econômico, o Conselho de Desenvolvimento Social e a Secretaria de Planejamento e Coordenação. Estabelece que o Sistema Fi-

nanceiro da Habitação e a administração financeira da Previdência Social fiquem subordinados ao Ministério da Fazenda. Extingue e funde alguns ministérios.

Medida n.º 30 — Determina que todas as receitas do Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social passem a ser recolhidos pelo Tesouro Nacional.

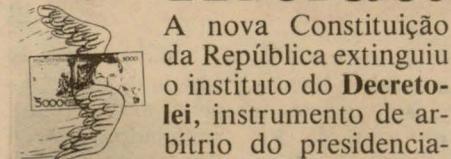
Medida n.º 31 — Proíbe a remuneração de servidores públicos pelo exercício de mandato como membro colegiado de empresas estatais.

Medida n.º 32 — Institui o cruzado novo, determina o congelamento de preços, a extinção da URP e regras para a desindexação da economia. (Esta é a Medida provisória que contém toda a nova política econômica do governo e na qual pontifica o arrocho salarial).

Medida n.º 33 — Demite funcionários civis da administração federal e dos extintos Territórios federais, e extingue os cargos correspondentes.

O restante do "Plano Verão" e da Reforma Administrativa é composto por nove decretos presidenciais, que não dependem de aprovação congressual.

Congresso pode mudar tudo



A nova Constituição da República extinguiu o instituto do **Decreto-lei**, instrumento de arbítrio do presidencialismo imperial. Mas, adotando uma posição de compromisso com a velha ordem e mantendo o traço conservador e autoritário do regime, instituiu a **Medida Provisória**, dispositivo constitucional a que o presidente Sarney recorreu para promover as mudanças econômicas e administrativas do "plano verão".

O que são Medidas Provisórias, como tramitam, qual o processo de discussão, aprovação ou rejeição? A resposta a essas perguntas e um rápido balanço de como elas foram editadas e enviadas ao Congresso pelo presidente José Sarney possibilitam aferir o grau de compromisso do governo com a legalidade constitucional e dão uma boa mostra dos seus métodos políticos.

O que diz a Constituição

Em seu Artigo 62 a **Constituição diz**: "Em caso de relevância e urgência, o Presidente da República poderá adotar medidas provisórias, com força de lei, devendo submetê-las de imediato ao Congresso Nacional, que, estando em recesso, será convocado extraordinariamente para se reunir no prazo de cinco dias". Parágrafo Único — "As medidas provisórias perderão eficácia, desde a edição, se não forem convertidas em lei no prazo de trinta dias, a partir de sua publicação, devendo o Congresso Nacional disciplinar as relações jurídicas delas decorrentes".

Antigamente, nos tempos de arbítrio do regime militar, o decreto-lei podia ser aprovado por decurso de prazo e, em caso de rejeição pelo Congresso, os efeitos já consumados de sua aplicação não eram anulados. O dispositivo que institui as

Medidas Provisórias, pelo contrário, não permite aprovação por decurso de prazo e, se dentro de trinta dias a contar da data da edição, forem rejeitadas ou mesmo não examinadas pelo Congresso, seus efeitos ficam anulados.

Foi em função disso que o governo estabeleceu sua tática para obter junto ao Congresso a aprovação das medidas. Sarney e sua equipe querem o mínimo de discussão possível, a aprovação em bloco, sem emendas, e a toque de caixa.

Pelo disposto na Constituição, o presidente da República devia submeter as medidas provisórias ao Congresso **de imediato**. Estranhamente, demorou três dias para encaminhá-las ao Legislativo, o que foi considerado "um insulto" pelo senador José Inácio Ferreira (PSDB-ES), presidente em exercício do Senado na ocasião da edição do "pacote".

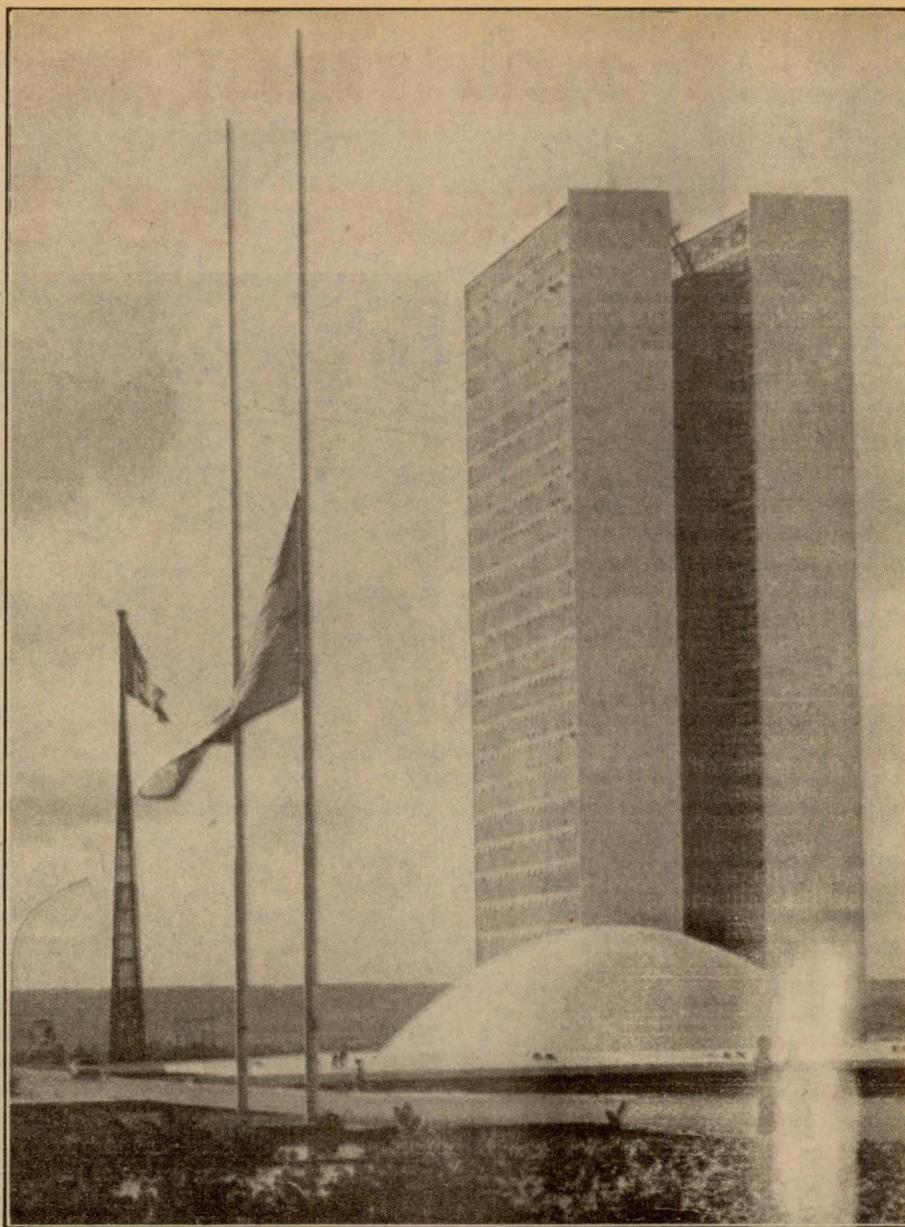
O prazo de cinco dias para convocação extraordinária do Congresso não foi respeitado. O governo manobrou no sentido de que a convocação só ocorresse depois do retorno ao Brasil dos presidentes da Câmara e do Senado, Ulysses Guimarães e Humberto Lucena, receoso de que na ausência destes, o presidente em exercício do Senado, opositor e desafeto de Sarney, nomeasse relatores não afinados com as posições do Planalto.

Outra manobra é a pressão do governo e dos conservadores no sentido de enquadrar rigidamente as normas de procedimento da votação. Querem que o Congresso diga simplesmente sim ou não, sem o direito de emendar as medidas do governo. Os senadores Itamar Franco (sem-partido-MG) e Nelson Carneiro (PMDB-RJ) estão protestando contra esse método e exigindo o direito de emendar.

Aventuras de Saulo Ramos

É nesses momentos que entra em cena a "eminência parda" do governo Sarney, Saulo Ramos, que, com a desfaçatez de sempre disse ser a "medida provisória o decreto-lei envergonhado". Saulo Ramos já está se movimentando para que, caso o Congresso venha a emendar as medidas, os novos textos sejam de novo submetidos ao Executivo. Mas esse procedimento não está previsto na Constituição. Para a eventualidade de decurso de prazo, com a conseqüente anulação das medidas, o alquimista da inconstitucionalidade está propondo a sua reedição, direito que a Constituição não confere ao governo.

Parece que o senador José Inácio tem razão ao afirmar que "Saulo Ramos precisa estudar mais", a julgar pela opinião do professor de



José Inácio (abaixo): preservando a autonomia do Congresso mais uma vez afrontado por Sarney

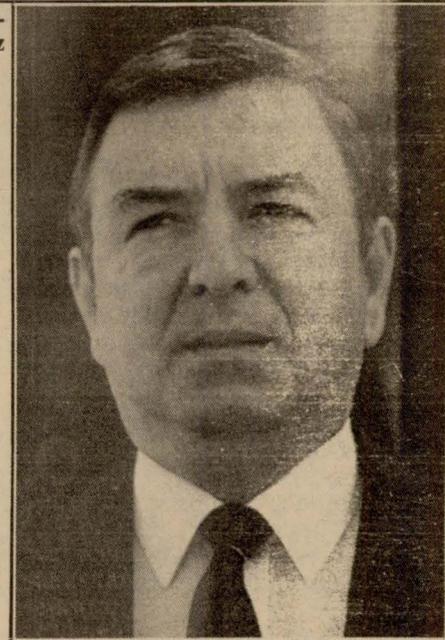
Direito Público da Universidade de São Paulo, Ricardo Lewandowski: "não é possível reeditar as medidas provisórias. Isto seria uma burla ao espírito da Constituição".

Batalha no Congresso

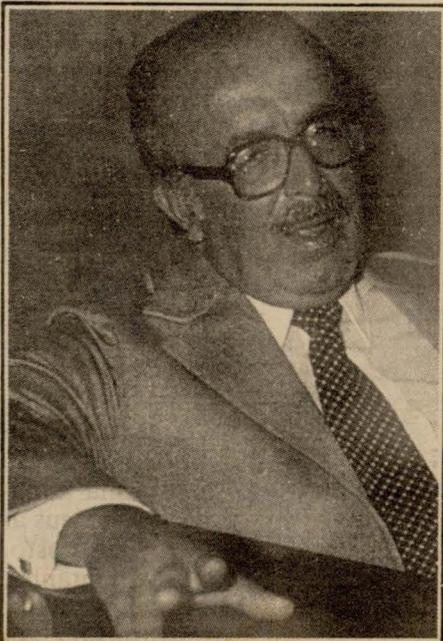
Somente no dia 24, nove dias após o discurso de Sarney anunciando a nova política econômica, a mensagem do Executivo foi lida no Plenário do Congresso. Ao todo são nove Medidas Provisórias que serão submetidas a apreciação das duas Casas Legislativas, com regime de votação em sessão conjunta. A decisão será por maioria simples, sendo necessária a presença de no mínimo 248 deputados e 38 senadores.

Na semana passada, criou-se o primeiro impasse entre o Executivo e o Legislativo, com a tentativa do governo de transferir para o Congresso o ônus da demissão de cerca de 100 mil funcionários públicos federais. A Medida Provisória que estabelece as demissões foi devolvida pelo Congresso ao palácio do Planalto.

Outro ponto da discórdia é quanto à possibilidade de as Medidas Provisórias poderem ser emendadas ou não. O governo finca pé na posição de que o Congresso deve apenas dizer sim ou não às medidas, sem o direito de emendá-las, a títu-



lo supressivo ou modificativo, no que conta com o apoio do presidente do Senado, Humberto Lucena. Os partidos progressistas e setores do PMDB defendem o direito do Congresso a fazer emendas e modificar o teor das Medidas Provisórias. O Congresso disporá de apenas 21 dias para apreciar o "Plano Verão" e deliberar sobre ele. Apesar da carga pesada do governo para vê-lo aprovado, da articulação dos conservadores e das manobras regimentais, das vacilações e posições de dúvida manifestadas em primeiras discussões, isto ainda não está assegurado. Sarney ainda poderá sentir calafrios neste verão.



Lucena pensa que ainda está na época do decreto-lei

CDM Centro de Documentação e Memória Fundação Maurício Grabois

Tempestades de verão atingem os trabalhadores

Foto: Aguinaldo Zordenoni

Carlos Pompe



O "Plano Verão" provocou descontentamento geral entre os sindicalistas. Mesmo os porta-vozes do "sindicalismo de resultados", como Luís Medeiros e Antônio Magri, não tiveram como defender o fim da URP, o arrocho salarial e as medidas antinacionais embutidas nas medidas governamentais.

Dois dias depois da imposição do pacote ao país, a Corrente Sindical Classista divulgou nota denunciando-o como arrochante, recessivo e entreguista. A coordenação nacional da Corrente (Sérgio Barroso, da Federação Nacional dos Médicos; Nivaldo Santana, do Sindicato dos Trabalhadores na Sabesp-Cetesb; Edmundo Vieira, do Sindicato dos Metalúrgicos de Betim; José Carlos Shulte, da Federação dos Comerciantes gaúchos; e Renildo Souza, do Sindicato dos Metalúrgicos de Salvador) propôs "a mobilização e organização da greve geral pela reposição total das perdas salariais; por reajuste de acordo com a inflação (escala móvel); pelo não pagamento da dívida externa; pela reforma agrária e fim da violência do latifúndio". A nota termina proclamando: "Fora Sarney, Mailson e o FMI!"

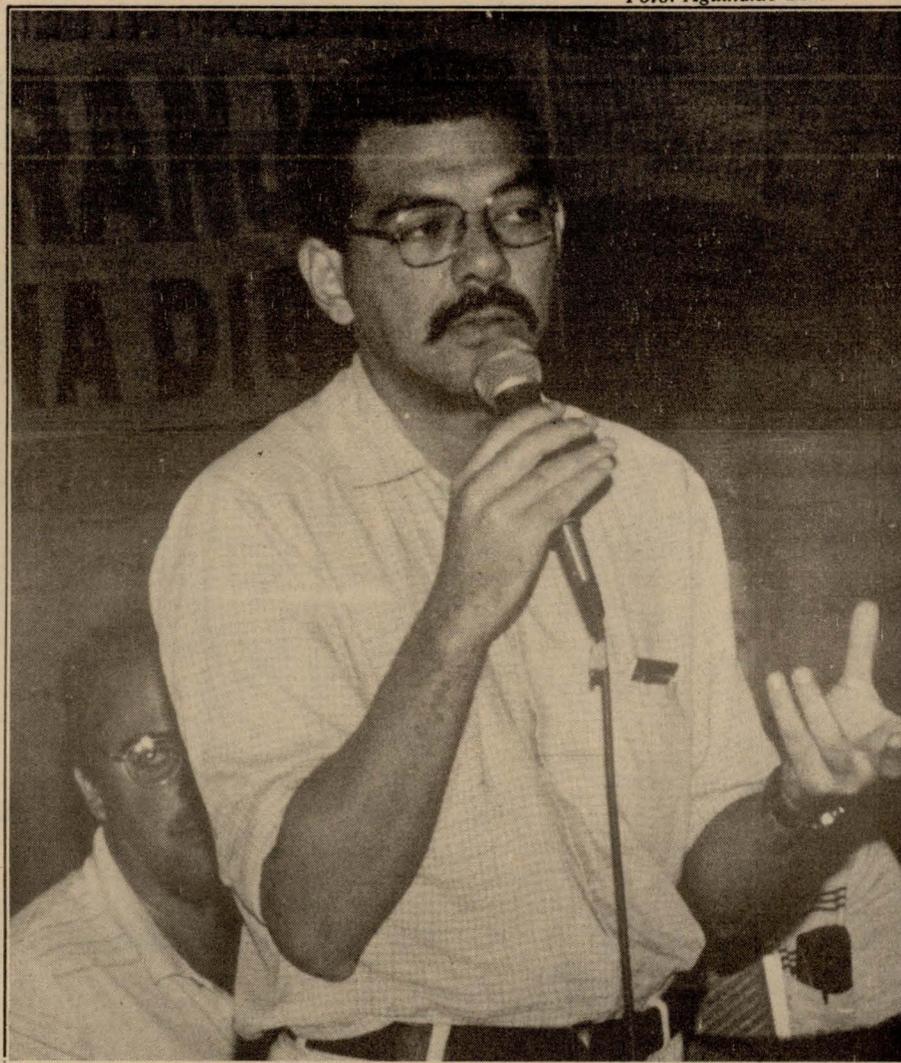
Confusão

Já a CUT mostrou-se confusa. De imediato, no dia da fala de Sarney à nação, Jair Meneguelli disse que ia estudar o assunto, mas que via como positivo o reconhecimento da "liberdade de negociação" entre patrões e empregados, acenada pelo governo. Dias depois, um ato da CUT em São Paulo foi mais contundente, convocando uma manifestação para o dia 26 e condenando o arrocho salarial.

Joaquim dos Santos Andrade, da CGT, privilegiou, num primeiro momento, "pressionar o Congresso" durante a votação do "choque de verão" para "impedir o rebaixamento dos salários". Enquanto isso, o presidente da Confederação dos Metalúrgicos, Luís Antônio de Medeiros, fez declarações à imprensa defendendo a greve geral, já que "o governo traiu o pacto social"...

Reação indignada

Com o "choque", o governo pretende rifar algumas estatais importantes, como a Companhia Siderúrgica Tubarão, no Espírito Santo. A reação do presidente do Sindicato dos Metalúrgicos da Grande Vitória, Tarciso Vargas, foi imediata: "O 'pacote de verão' é um engodo. O governo está mais uma vez adiando a solução do problema econômico-social do país, que é a dívida externa. A privatização das estatais é uma questão séria. Nós sabemos o que está por trás disso. Está embutida

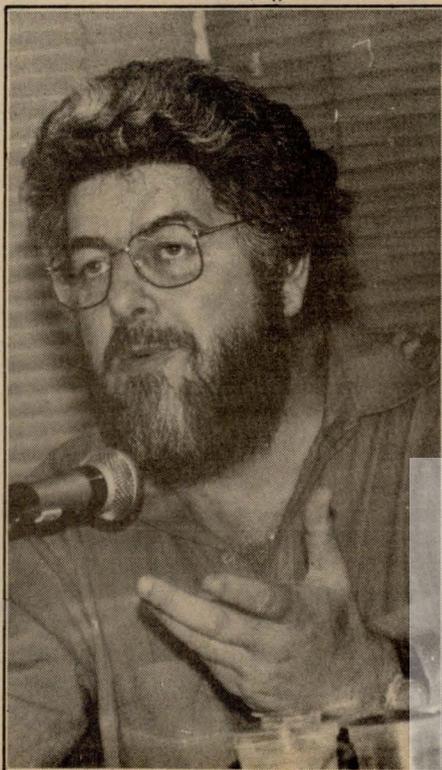


Sérgio Barroso na plenária da CUT-SP: "Preparar a greve rapidamente!"

a entrega de nossas indústrias aos estrangeiros. Estamos articulando um movimento a nível nacional para evitar a venda de indústrias como Aços Piratini, Acesita, Cosipa, Cofavi, Tubarão e outras. Defendemos a não privatização".

A categoria dos bancários é outra es-

Foto: Aguinaldo Zordenoni



Barelli: "Funcionalismo maltratado"

pecialmente prejudicada pelos decretos de Sarney. João Vaccari Neto, diretor do Sindicato dos Bancários de São Paulo, destaca que, a exemplo do que já ocorreu no Plano Cruzado, "os bancos preparam demissões em massa de funcionários, em função do 'Plano Verão'. Na época do Cruzado, os banqueiros demitiram 30 mil funcionários. Agora é bem provável que repitam a dose, alterando as operações bancárias".

Funcionários golpeados

O diretor técnico do Departamento Intersindical de Estudos e Estatísticas Sociais e Econômicas (Dieese), Walter Barelli, lembra que "o funcionalismo público e os funcionários das estatais estão sendo especialmente maltratados. A começar de que amargarão um mês de 50 dias. Eles receberam seu último pagamento em 20 de dezembro. E agora só tornarão a ver a cor do dinheiro em 10 de fevereiro. Terão um carnaval de quarta-feira de cinzas. Essas pessoas têm contas para pagar. Têm aluguel, prestações, escolas e despesas diárias. Não bastasse isso, ainda terão seus salários congelados até eles representarem 65% das despesas públicas. Isso sem falar que estão ameaçados de demissão. Um martírio".

Barelli lembra, ainda, que o corte de 50% nos gastos federais, determinados pelo governo, são prejudiciais. "Trata-

se de um corte linear, e não seletivo. Isso poderá levar a problemas graves, inclusive na manutenção de hospitais, por exemplo. Por outro lado, o governo nada fez de concreto contra a dívida externa. Mesmo o fim da conversão da dívida e do relending (reempréstimo), que foi anunciado, não está garantido. Sarney está vacilando nessa questão."

Greve geral

Diante desse quadro, Sérgio Barroso, diretor da Federação Nacional dos Médicos e coordenador da Corrente Classista, vê "uma reação positiva do movimento sindical com relação à greve geral contra o pacote. Reuniões, debates e atos conjuntos já ocorreram em Brasília, Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul".

Ele salienta que "o pacote provocou um descontentamento quase unânime no movimento sindical, pois representa mais arrocho, mais recessão e mais desnacionalização. Contudo devemos estar atentos para as atitudes dos sindicalistas".

Sérgio observa que "a CGT não está jogando nenhum papel até o momento. O Medeiros, que foi o porta-voz principal da linha de apoio ao governo no movimento sindical, passou a fazer encenação diversionista com relação à greve geral. Ele já mostrou que é um sabotador da greve, e não podemos confiar nele".

O coordenador da Corrente Classista destaca, ainda, que "a CUT, por sua vez, chegou a afirmar que estava disposta a negociar com o governo. Essa atitude confundiu os trabalhadores. O correto seria marcar uma posição clara ao pacote. Até parece piada: setores cutistas sempre criticaram a defesa do Colégio Eleitoral para derrotar a ditadura, e mesmo as medidas democráticas tomadas por Sarney no início de sua gestão foram atacadas. E quando este governo já se desmoralizou completamente perante a opinião pública, a CUT se propõe a 'negociar' com ele..."

Sérgio Barroso reafirma que "depois dessas primeiras vacilações, já se conseguiu unificar o movimento em torno da greve geral, que começa a ficar na ordem do dia. Na opinião da Corrente Classista, a greve geral deve ser preparada rapidamente. E isso passa pela unificação da CUT e da Corrente Classista com setores independentes e com quem mais queira efetivamente protestar contra o 'Plano Verão'".

Para o dia 27, sexta-feira, foram convocadas plenárias nacionais da CUT e da CGT, ambas em Brasília. No dia seguinte, as direções das duas centrais discutirão a ação conjunta contra o pacote. Conforme Jair Meneguelli, "os trabalhadores estão percebendo no dia a dia a importância de não aceitar o pacote e prejudicial para o assalariado. Já se fala em uma luta de mais de 50% em janeiro. A perspectiva de greve geral é real".